



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais

Faculdade de Educação e Psicologia

**O PAPEL DO ORIENTADOR DE ESTÁGIO NA FORMAÇÃO
INICIAL DE PROFESSORES DO BÁSICO E SECUNDÁRIO**

Relatório Reflexivo e Teoricamente Fundamentado apresentado à Universidade
Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação

- Especialização em Supervisão Pedagógica e Avaliação de Docentes -

Maria Goretti Matias Coelho Pereira Valente

Orientador: Professor Doutor José Afonso Baptista

Viseu, novembro de 2013

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Nazaré e Emanuel

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um gesto de reconhecimento de uma ajuda valiosa. Por mais pequeno que seja o "obrigada" é grande para quem o recebe. Neste sentido, e porque reconheço que a realização de um projeto também conta com a ajuda, carinho, disponibilidade, encorajamento, amizade e dedicação de todos os que nos rodeiam, quero deixar aqui registado o meu "muito obrigada" a todos aqueles que, de alguma forma e a seu modo, contribuíram para a realização de mais um projeto que muito me alegra.

Ao Professor Doutor José Afonso Batista pelos ensinamentos, pela delicadeza e simpatia, pela disponibilidade, sabedoria e sobretudo pelas palavras de estímulo com que sempre me presenteou.

À Dra. Rosa Martins pelo fantástico acolhimento, traduzido em delicadeza, apoio, encorajamento e sabedoria.

Aos meus amigos e sobretudo à Leonor pela amizade.

À minha família, marido e filhos pelo amor e carinho com que sempre me apoiaram.

Aos meus pais e avós, pelo que sou.

RESUMO

Os professores são fundamentais num país ou numa sociedade em constante desenvolvimento. A eles cabe uma parte importante da formação das gerações mais novas, em conjunto com as famílias. A escola é, pois, o local ideal para a realização de um conjunto de aprendizagens importantes para a integração e desenvolvimento salutar da sociedade onde estão inseridos. Ser professor é um grande desafio e acata grandes responsabilidades, por isso a formação deste profissional do ensino, quer a nível inicial ou ao longo da vida, tem vindo a ser um tema de grande reflexão e investigação. O seu contributo na formação dos jovens a nível da produção e promoção de conhecimentos científicos, experienciais, relacionais e morais torna-o um elemento imprescindível, numa sociedade em construção, capaz de promover o bem-estar físico e emocional de todos os que nela vivem.

Este relatório pretende incidir na área da formação de professores do 3º ciclo e secundário, sobretudo na sua formação inicial. Dentro desta formação inicial, pretende-se dar algum realce ao período do estágio e ao papel do orientador, utilizando sempre uma linguagem simples e concreta.

Tendo em conta que este momento de formação é muito importante para o professor em formação e marcante para o professor orientador, que o acolhe na escola e lhe ensina os primeiros passos da profissão, entendeu-se que o título deste estudo/reflexão deveria ser “ O papel do orientador de estágio na formação inicial de professores”.

Nesta análise, sem querer retirar a importância de um conjunto de áreas e temas importantes relacionados com a profissão de professor, procurar-se-á partilhar, essencialmente, uma experiência vivenciada que concretiza algumas das teorias científicas referidas por especialistas na área da Educação.

Uma breve reflexão sobre a evolução histórica da profissão (construção da docência como profissão) e as competências e funções do professor são temas que iremos também abordar porque se complementam, interligam e harmonizam o enquadramento das questões que pretendemos tratar.

A aquisição de saberes de áreas diferenciadas é uma necessidade básica e imprescindível para quem tem o ensino como profissão pois estas permitem diversificar estratégias de aprendizagem e produzir mais e melhor conhecimento nos alunos. Contudo, estes saberes adquiridos tornam-se ainda mais importantes quando partilhados, discutidos e analisados com os outros, pois é uma forma de promover mais e melhor informação.

Para concretizar a ideia do parágrafo anterior, um dos capítulos deste relatório apresenta o registo de um roteiro pedagógico anual - que vulgarmente se apelida de planificação - com base na experiência adquirida ao longo de alguns anos como orientadora, onde se inscrevem um conjunto de tarefas e atividades nas áreas científica, pedagógica, administrativa e relacional, e que pode servir de apoio a todos os que tiverem que desempenhar a função de orientador.

Estou convicta que as reflexões efetuadas neste relatório, bem como os temas e áreas abordadas podem ser um importante contributo para um conhecimento mais objetivo, concreto e aprofundado sobre uma atividade educativa/formativa, essencial para a melhoria da qualidade do ensino: a formação de novos professores.

Palavras Chave: Formação inicial, orientação, estágios, aprendizagens, liderança, observação de aulas, supervisão, prática reflexiva, escola aprendente.

ABSTRACT

Teachers are fundamental in a country or in a fast developing society. Together with families, they are the responsible for the guidance of the younger generations. In this context, schools are the ideal places to achieve a set of important learnings for the integration and healthy development of the society in which they live. Being a teacher is a great challenge and brings with it a great responsibility, therefore, the training and professional qualification of a teacher, be it at the beginning of his/her career or throughout life, has been a topic for great reflection and investigation. Their contribution in the formation of young people, at the production and the fostering of scientific, experimental, relational and moral knowledge, makes him/her a fundamental element in a society under construction, able to promote the physical and emotional well-being of all those who live in it

This report aims at focussing on the training of teachers of the 3rd cycle of studies and secondary education, especially in their initial training. Within this initial training, it is intended to give some emphasis to the period of training and to the role of the supervisor, always using a simple and concise language.

Bearing in mind that this period of training is very important to the trainee and remarkable for the supervisor, who welcomes him/her at school and teaches him/her the first steps of this profession, it was decided that the title of this study/reflection would be “The Role of the Training Supervisor in Teacher Initial Training”.

In this analysis, and still having present the relevance of other important areas and topics related to the teaching profession, it will be shared an experience that embodies some of the scientific theories defended by Education experts.

A brief reflection on the historic evolution of the profession, (building up teaching as a profession) the competences and functions of the teacher are issues that will also be approached because they complement each other and interconnect and harmonize the framing of the questions to be addressed.

The acquisition of knowledge in different areas is a basic and essential necessity for all those who have in teaching their main job, as these allow them to vary learning strategies and produce more and better knowledge in the students. Nevertheless, this

acquired knowledge becomes even more important when shared, discussed and analysed with the others, because it is a way to promote more and better information.

To comprehend the idea of the previous paragraph, a chapter on this report presents the registration of an annual teaching plan - which is commonly known as *planning* - based on the experience gained over several years as a supervisor teacher. This experience comprehended a set of tasks and activities in the scientific, educational, administrative and relational field. It can provide support to those who have to play the same role.

The reflections made in this report, as well as the issues and areas addressed can be an important contribution to a more objective, concrete and deeper knowledge of an educational/formative activity that is essential for improving the quality of education: the formation of new teachers.

Key Words: Initial training, guidance, apprenticeship, leadership, classroom observation, supervision, reflective practice, learning school.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO	IV
ABSTRATCT.....	I
ÍNDICE GERAL.....	VIII
ÍNDICE DE SIGLAS.....	X
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - O AMBIENTE EDUCATIVO	
INTRODUÇÃO.....	5
1.A ESCOLA - UMA ABORDAGEM ETIMOLÓGICA.....	6
2.A FUNÇÃO DA FAMÍLIA E O PROJETO EDUCATIVO.....	9
3.O ENSINO.....	10
4.O PROFESSOR - QUEM É?.....	13
4.1 AS FUNÇÕES DO PROFESSOR NA SOCIEDADE DE HOJE.....	17
CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	
INTRODUÇÃO.....	21
1.A FORMAÇÃO INICIAL.....	22
1.1 A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DO 3º CICLO.....	24
2.A PROFISSÃO DOCENTE.....	26
3.O ESTÁGIO E O ESTAGIÁRIO.....	29
4.O ORIENTADOR.....	31
5.BREVE ABORDAGEM HISTÓRICO-EVOLUTIVA DA ATIV. DOCENTE.....	36

**CAPÍTULO 3 – ROTEIRO DE ATIVIDADES, TEMAS E PROCEDIMENTOS
PARA O ANO DE ESTÁGIO**

INTRODUÇÃO.....	39
1.ETAPAS DO PERCURSO PROFISSIONAL.....	41
2.A ESCOLHA DO LOCAL DE ESTÁGIO.....	42
3.ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO.....	42
3.1 CLIMA DE ESCOLA.....	44
4.A PLANIFICAÇÃO E A PRÁTICA.....	46
5.A AVALIAÇÃO.....	48
6.A AULA.....	50
7.A ORGANIZAÇÃO DA SALA DE AULA E DAS APRENDIZAGENS.....	51
8.ROTEIRO ESQUEMATIZADO.....	54
CONCLUSÃO	57
BIBLIOGRAFIA.....	61

Índice de siglas

PAA – Plano Anual de Atividades

ADD – Avaliação do desempenho docente

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

DGAE – Direção Geral de Administração Escolar

PISA – Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Alunos).

INTRODUÇÃO

A Educação tem vindo a desempenhar um papel muito importante na formação das novas gerações, aquelas que acreditamos quererem construir uma sociedade próspera, honesta, justa, sensata e responsável, onde cada um se deve sentir parte integrante de um desenvolvimento comum. A Educação vai permitir-lhes uma adaptação mais eficaz ao meio ambiente quando lhes proporciona condições favoráveis à aquisição e desenvolvimento de conhecimentos. Estas condições não podem nem devem ser única e simplesmente da responsabilidade da escola, até porque reconhecemos que a Educação é um problema de toda a sociedade, sobretudo dos adultos, responsáveis pela formação dos mais novos.

A escola foi, durante algum tempo, considerada como o único local da aquisição do saber e é ainda hoje considerada o local ideal para aprender o que de mais importante se considera para uma integração positiva do ser humano na sociedade. A evolução e o forte crescimento das novas tecnologias na sociedade atual permite considerar que estas formam uma parceria altamente rentável, atrativa e indispensável na promoção do saber.

Em ambiente de escola, o professor tem um papel de destaque enquanto promotor, organizador, coordenador, implementador e moderador de todo o saber, a quem se costuma atribuir a responsabilidade pelo êxito das aprendizagens. Neste sentido sabemos que outros fatores, extra escola, são responsáveis pelo rendimento dos alunos como por exemplo os de natureza familiar, social e económica. O professor é apenas um dos membros da equipa de formação destes jovens, em conjunto com os pais, a comunidade envolvente e os responsáveis pelas políticas educativas do momento.

Por ser o elemento que mais se distingue no ambiente formativo e educacional, porque mais funções desempenha, é com frequência motivo de críticas ou elogios, sempre que o tema abordado é o ensino. Apostar, então, numa boa formação destes profissionais, é indiscutível, uma vez que também se repercute numa melhoria da qualidade do ensino.

O relatório reflexivo apresentado pretende ser uma reflexão sobre a formação de professores, na fase inicial, enquanto estagiários em contacto direto com as realidades

educativas, onde podem observar e experimentar a validade ou não dos conceitos teóricos/científicos apreendidos na Universidade e ao mesmo tempo sobre o papel do orientador enquanto responsável pela sua formação. A minha experiência como orientadora de estágio de professores do 3º ciclo e secundário, durante um período de cerca de oito anos, e os desafios e vivências que esta atividade me proporcionou permitem que hoje esteja preparada para analisar com alguma delicadeza, profundidade e emoção um tema atual e muito importante para quem quer ser professor. A necessidade de encontrar soluções para algumas dificuldades, que ao longo do ano iam surgindo por vários motivos e que precisavam de ser resolvidas com eficácia, quer por mim quer pelo grupo de estágio, fomentou a procura de novos saberes, novas formações, ainda que em áreas diversificadas, mas necessárias à implementação de novas estratégias de ensino. Foi um exemplo ótimo para reforçar a ideia de que a formação contínua é importante e necessária para se ser um bom profissional.

A formação inicial pode começar bem cedo, provavelmente já no ensino básico e secundário, quando em jeito de brincadeira ou na apresentação de algum tema proposto, se tenta imitar o professor. Consolida-se posteriormente na escolha de um curso vocacionado para o ensino de uma determinada área disciplinar e a frequência do ensino superior. O estágio pedagógico completa todo um percurso formativo onde a prática em contexto real de trabalho constitui uma oportunidade única de se confrontar a teoria com a realidade e descobrir a aplicabilidade dos conhecimentos científicos. É a novidade e a emoção de pela primeira vez poder estar do outro lado do ensino, que tantas interrogações e sonhos proporcionou. O ano de estágio é, pois, considerado por muitos investigadores como o mais produtivo, pois determina e oferece a aquisição de um conjunto de competências essenciais a todo um percurso profissional com êxito. O entusiasmo, a criatividade e a alegria contagiante destes professores em formação são uma mais-valia para a escola e para todos os que com eles convivem e partilham saberes e experiências.

Esta vivência pedagógica conferiu-me uma responsabilidade redobrada a nível científico e pedagógico que me fez sentir necessidade de estar mais atenta a toda a dinâmica da escola, mesmo a nível administrativo, organizacional, legislativo e relacional, áreas importantes e complementares na formação de um professor. Fiz aprendizagens admiráveis e muito pertinentes a vários níveis, que me permitem compreender e encarar as mudanças educativas atuais de uma forma diferente.

Porque a teoria e a prática se interligam, pretendo desenvolver alguns temas referentes à formação inicial de professores com base na leitura de autores especializados na matéria, onde as suas análises e reflexões complementam as ideias e concepções, entretanto apresentadas. A legislação emanada pelo Ministério da Educação também faz parte da documentação imprescindível na abordagem deste tema.

No primeiro capítulo, intitulado *O ambiente educativo*, pretendo refletir sobre vários aspetos de natureza educativa que englobam a escola e os seus intervenientes. Estas reflexões preparam o ambiente da formação inicial que será tema de análise mais aprofundada no capítulo seguinte.

O capítulo dois, com o título *A formação inicial de professores*, irá abordar o conceito de professor no que respeita à etimologia, formação, funções e profissionalização. Será dada particular atenção ao ano de estágio e ao papel do orientador. É neste capítulo que apresento o motivo pelo qual destaquei a orientação de estágios como momento marcante da minha atividade profissional.

No capítulo três, que registo com o título de *Roteiro de atividades, temas e procedimentos para o ano de estágio*, começo por fazer uma breve apresentação das várias etapas de formação dos professores, onde abordo a importância da aquisição da componente profissional e destaco o registo de uma planificação anotada e reflexiva para o ano de estágio, que pretende contribuir para o delineamento do plano de ação do orientador.

A conclusão apresenta um balanço da atividade como orientadora e o contributo desta na promoção de uma formação contínua mais atenta e empenhada, de forma a melhorar a qualidade do ensino e das aprendizagens.

CAPÍTULO 1 - O AMBIENTE EDUCATIVO

Introdução

Ao longo dos tempos a Educação sempre teve um papel de relevo na formação do ser humano enquanto cidadão capaz de se adaptar a uma sociedade em constante desenvolvimento. A sua formação resulta de uma parceria entre a sociedade, a família e a escola. No entanto, tem sido à escola que se tem atribuído a maior parte da responsabilidade da aquisição dos saberes, deixando para a família e para a sociedade em geral um comprometimento mais ténue. Esta teoria e esta forma de pensar desresponsabiliza a família e a sociedade do compromisso natural que tem de contribuir para a formação dos seus jovens, delegando no professor outras funções que não as de ensinar. Esta diversidade formativa coloca o professor no centro das atenções, a quem ora se enaltece ora se critica duramente, sempre que as aprendizagens não atingem os objetivos pretendidos, seja a nível cognitivo ou comportamental.

António Nóvoa (2007), na comunicação intitulada *O regresso dos professores*, refere que as aprendizagens e os resultados destas têm sido a grande preocupação das políticas educativas deste século, logo, a capacidade do professor para promover essas aprendizagens está a ser intensamente refletida e avaliada. Por isso constata que os professores regressam à *ribalta*, por serem considerados os grandes responsáveis pelas aprendizagens e os resultados destas. Relembra ainda o autor que durante quase 40 anos as preocupações do ensino estiveram direcionadas para outras áreas que não as aprendizagens. A racionalização do ensino, a pedagogia por objetivos e o esforço para prever, planificar e controlar, preencheram os anos 80. Reformas nas estruturas dos sistemas escolares sobretudo a nível do currículo foram a preocupação dos anos 80. As organizações escolares, seu funcionamento, administração e gestão foram nos anos 90 o tema central.

A Educação acompanha a evolução da sociedade, por isso assistimos com alguma frequência a reformas educativas muito significativas quer a nível nacional quer a nível internacional de acordo com as mudanças políticas, sociais e económicas que se vão observando.

Em Portugal foram várias as mudanças efetuadas nesta área desde a Idade Média, onde a Educação era um privilégio dos nobres e tinha a Igreja como sua essencial promotora. Hoje, a Educação é um direito de todos os cidadãos, e é ao Estado que compete a sua organização e promoção. Marquês de Pombal, Revolução Liberal, República e Estado Novo são períodos históricos de destaque, no que diz respeito às reformas educativas e tudo o que as envolve.

A Estatização do ensino no século XVIII e a sua massificação já na segunda metade do século XX, foram, na minha opinião, dois momentos marcantes na sociedade portuguesa, pois promoveram mudanças efetivas no panorama social, político e económico do país. Em ambos os momentos verificou-se um aumento do número de alunos e conseqüentemente de professores. Esta situação colocou ao Estado um novo problema, agora, referente à qualidade do ensino, relativamente aos espaços, aos currículos e à formação dos professores.

1.A Escola - uma abordagem etimológica

A melhor forma de compreendermos com mais exatidão o significado de uma palavra é consultar um dicionário de Língua Portuguesa e ao mesmo tempo fazer alguma pesquisa sobre a etimologia da palavra e os conceitos que lhe estão adjacentes. Esta parceria permite obter um conhecimento mais aprofundado do sentido da palavra e deste modo permitir que o seu emprego seja mais credível.

Tendo em conta o que foi referido no parágrafo anterior, procuramos o significado da palavra “escola” no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea e no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. O resultado deu-nos a conhecer facetas interessantes dos conceitos a ela atribuídos, que nos pode levar a fazer vários tipos de reflexão. Então, no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa (2001:1497) *escola* é uma ” instituição pública ou privada que tem por função ensinar, coletivamente, matérias de carácter geral ou especializado”. Esta definição vem, de algum modo, confirmar a ideia generalizada da sociedade em que vivemos, de que a escola é o local ideal para se promoverem aprendizagens diferenciadas e os professores são os únicos responsáveis pela aquisição dos saberes. Ora, os saberes que uma criança ou um jovem vai adquirindo durante a idade escolar

também são da responsabilidade da família e da sociedade que o envolve. A ligação ou parceria entre estes três grupos é muito importante no que respeita à divisão de responsabilidades. Cada um tem um papel fulcral na formação das novas gerações, por isso devem desenvolver projetos em conjunto. A escola de hoje tem uma participação mais ativa dos pais e encarregados de educação e ainda de outros organismos formativos que fazem parte da comunidade envolvente.

O dicionário etimológico de Língua Portuguesa (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa 2010) na sua versão *online* dá-nos informações pertinentes sobre o significado da palavra escola que nos vai ajudar a compreender melhor a realidade escolar. Provém do Grego σχολή (*scholē*) que significava descanso, repouso, lazer, estudo, tempo livre. Mais tarde passou para o Latim com a designação de *scholae* que significava “lugar nos banhos onde cada um espera a sua vez, ocupação literária, assunto, matéria; escola, colégio, aula, divertimento, recreio”.

Os vocábulos utilizados para definir a palavra *escola*, à primeira vista causam alguma estranheza, porque, alguns deles, parecem-nos desfasados da realidade atual, sobretudo os que a relacionam com locais de diversão, de lazer ou mesmo de descanso. No entanto se tivermos em conta que na Grécia Antiga, estudar, era um privilégio dos que não precisavam de trabalhar e na cultura latina, estudar era uma atividade desenvolvida na hora do descanso, facilmente compreendemos as razões das designações utilizadas.

O estudo era então uma atividade voluntária de enriquecimento cultural que se desenvolvia através da leitura, audição de palestras ou discussão de temas especializados. Eram então projetos próprios de cada um, não havia um sistema organizado de aprendizagens nem especialistas na arte de ensinar. O facto de *scholē* em grego e *Scholae* em latim estarem também ligadas ao local onde “um grupo recebia palestras” antecipa a aplicação da palavra, para designar um espaço onde se ensina e se aprende e portanto construir o conceito de ensino.

A escola é, desde há muito, o local por excelência da realização de aprendizagens. É um espaço organizado, com pessoas especializadas na promoção do saber e onde os jovens devem complementar a sua formação básica, a sua escolaridade obrigatória. Com a entrada de Portugal na União Europeia verificou-se algum desfasamento formativo nos jovens dos outros países e nos portugueses. Esta situação modificou algumas

políticas educativas que decretaram a obrigatoriedade da escolarização por um número variável de anos, primeiro de quatro, depois seis, oito e posteriormente nove e com a lei nº85/2009 de 27 de Agosto, a escolaridade obrigatória passou a ser de 12 anos.

Lei 85/2009 de 27 de agosto

Artigo 2.º

Âmbito da escolaridade obrigatória

«1 — Para efeitos do previsto no n.º 1 do artigo anterior, consideram -se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos.»

Posteriormente o decreto – lei nº 176/2012 vem reforçar a lei nº 85/2009 e juntar um conjunto de informações pertinentes referentes à orgânica e aos elementos envolvidos neste contexto formativo.

Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto

«A Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, veio estabelecer o alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e consagrar a universalidade da educação pré -escolar para as crianças a partir dos cinco anos de idade.

Importa adaptar gradualmente o regime legal existente ao alargamento da escolaridade obrigatória, definindo as medidas necessárias para o seu cumprimento efetivo.

O cumprimento da escolaridade de 12 anos é relevante para o progresso social, económico e cultural de todos os portugueses. Este processo deve ser seguro, contínuo e coerente, garantindo a promoção da qualidade e da exigência no ensino e o desenvolvimento de todos os alunos.

É premente no momento atual assegurar que todos os cidadãos até aos 18 anos possam receber uma educação e uma formação de qualidade.

Este alargamento exige que os objetivos a serem alcançados sejam não só sustentados pela administração educativa e pelos elementos da comunidade escolar, mas também por toda a sociedade.

O alargamento da escolaridade obrigatória constitui, neste momento, um dever do Estado que tem de ser harmonizado com o dever da frequência da escolaridade que recai sobre os alunos. Resulta, assim, num conjunto de deveres recíproco do Estado, da escola, do aluno e da respetiva família. A responsabilização dos alunos e das famílias, através dos pais e encarregados de educação, constitui igualmente um aspeto fundamental neste novo regime que se estabelece.»

Como se pode verificar pelo texto alargado e esclarecedor deste decreto-lei, a formação dos jovens em idade escolar é um dever do Estado, pois contribui para um desenvolvimento social, económico e cultural da população em geral. A responsabilidade do seu êxito recai também sobre as famílias e o ambiente que os rodeia porque, não se pode esperar que seja a educação escolar a única a ter a responsabilidade da socialização.

2.A função da família e o projeto educativo

A família é a primeira escola onde a criança cresce e aprende a relacionar-se com os outros e a conhecer coisas novas. É também nela que encontra, ou deve encontrar, estabilidade e apoio para evoluir saudavelmente. Os pais são os primeiros educadores e convém lembrar, com frequência, este papel e este dever, muitas vezes esquecido delegado nas escolas ou outras instituições. Nada substitui a família. Este *direito* e ao mesmo tempo *dever* dos pais é tão importante e rico que Azevedo (2011:139) o qualifica como: essencial; original e primário; insubstituível e inalienável; amor paterno e materno; fonte e norma. Desta formação básica e natural, pode depender o êxito nas aprendizagens que a escola vai promover ao longo de cerca de 12 anos.

A Educação é essencial a todo o ser humano, por isso no artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção sobre os Direitos da Criança se refere que esta educação será orientada para o desenvolvimento da personalidade humana e fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Escola e família complementam-se nesta função.

Os projetos educativos das escolas, que permitem às famílias terem uma noção prévia da estrutura, orgânica e linhas de orientação dessa escola, não podem ser entendidos como substitutos da ação formativa da família, mas um complemento coerente com a educação que os pais pretendem para os seus filhos. Até há pouco tempo esta escolha da escola e do projeto educativo era uma realidade que oferecia apenas duas hipóteses: o ensino público e o privado. Neste momento, no ensino público, o facto de os alunos já não estarem obrigados a frequentar a escola da sua área de residência, permite dar aos pais a oportunidade de optarem e se responsabilizarem mais pela formação dos seus educandos, quando optam pelos projetos educativos das escolas que mais lhes convêm. Despacho 5106- A/2012 de 12 de abril

Despacho n.º 5106-A/2012

(...) «As atuais orientações de política educativa, nomeadamente, o claro reconhecimento do direito à liberdade de escolha do projeto educativo e da escola, por parte dos encarregados de educação ou dos alunos, quando maiores, bem como, em consequência e em consonância, o necessário reforço da autonomia das escolas nas referidas matérias, justificam o ajustamento de algumas das respetivas normas, adaptando-as em conformidade.»

3. O Ensino

O ensino em Portugal é público e privado. A maior parte das escolas são públicas e o ensino é gratuito. O ensino privado é desenvolvido por instituições religiosas ou grupos empresariais. As diretrizes de formação estão centralizadas no Ministério da Educação que determina um conjunto de orientações pedagógicas e administrativas bem como da estrutura curricular a desenvolver no ensino Básico e Secundário tendo em conta cada disciplina e cada ano escolar. Estas normas são hoje apelidadas de metas curriculares.

Sobre as metas curriculares a Direção Geral da Educação¹ dá a seguinte informação:

«As metas curriculares são uma iniciativa do Ministério da Educação e Ciência, surgindo na sequência da revogação do documento “Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais” (Despacho n.º 17169/2011, de 23 de dezembro). Conjuntamente com os atuais Programas de cada disciplina, as metas constituem as referências fundamentais para o desenvolvimento do ensino: nelas se clarifica o que nos Programas se deve eleger como prioridade, definindo os conhecimentos a adquirir e as capacidades a desenvolver pelos alunos nos diferentes anos de escolaridade (cf. Despacho n.º 5306/2012, de 18 de abril). A elaboração das metas fundamentou-se em bases e estudos científicos e teve em conta as que têm sido estabelecidas em países com bons níveis de desempenho. Neste contexto, as metas que agora se apresentam referem-se àquilo que pode ser considerado como a aprendizagem essencial a realizar pelos alunos em cada disciplina, por ano de escolaridade, ou, quando isso se justifique, por ciclo, realçando o que nos atuais Programas deve ser objeto de ensino, representando um documento normativo de progressiva utilização obrigatória, por parte dos professores»

Este procedimento que tem como objetivo principal permitir uma uniformização de conhecimentos dos alunos de todo o território educativo, pode produzir comportamentos totalmente diferentes dos que se queriam, uma vez que as turmas são cada vez mais heterogéneas, com alunos de idades, culturas e línguas diferenciadas, porque a sociedade também o começa a ser. Esta heterogeneidade vai estabelecer dentro da própria turma ritmos de aprendizagem diferenciados, e a uniformização cognitiva pretendida começa a não ser observada. Neste sentido, a autonomia das escolas

¹ www.dgidec.min-edu.pt/ensinobasico

providencia uma melhor adequação dos currículos às características dos alunos, da escola e do meio envolvente.

Roldão (1999), ao pronunciar-se sobre Gestão dos currículos, refere que a imposição da uniformização dos currículos pela administração escolar, pode originar dificuldades nas aprendizagens, logo, baixo rendimento escolar e diferenciação dos alunos, precisamente o contrário do que se pretende com esta medida.

João Formosinho e Joaquim Machado no livro *Formação, Desempenho e Avaliação de Professores* (2010), mais precisamente no capítulo III, realçam o problema da *centralização das decisões* formativas apenas a nível governamental, com o intuito de uniformização do ensino, esquecendo a diversidade de ambientes e de públicos que as mesmas vão abranger. Estas atitudes podem produzir um efeito contrário ao desejado, se não se acreditar na criatividade dos professores, no sentido de adaptarem as normas decretadas, às realidades concretas das comunidades educativas. Esta criatividade traduz a capacidade do professor em saber fazer cumprir as diretrizes governamentais, mas de uma forma adequada e ajustada aos alunos, na sua heterogeneidade cognitiva e formativa. Para que isto se verifique o professor precisa de ter uma formação diversificada para poder mobilizar e interligar várias técnicas de ensino, de forma a promover uma aprendizagem eficaz. A experiência e a parte emotiva da profissão são elementos valiosos.

Estas políticas educativas centralizadas nas decisões ministeriais, entenderam durante vários anos, que se trata da forma mais eficaz de promoção e uniformização do ensino e da eficácia escolar. Com o tempo verificou-se que uma certa autonomia poderia ser uma medida positiva para o êxito. Esta autonomia relativa iria permitir uma adequação da orgânica da escola e da sua oferta formativa às realidades económicas sociais e familiares que a envolvem. Os contratos de autonomia com algumas escolas começaram a surgir, deram algum efeito positivo e esta situação fez reconsiderar o ministério nas vantagens de alargar os contratos de autonomia a um maior número de escolas. Esta reflexão sobre a autonomia pedagógica e formativa das escolas tem também como objetivo facilitar alguns procedimentos burocráticos.

A legislação sobre esta realidade tem vindo a aumentar. Entendemos ser pertinente destacar alguma, como por exemplo:

Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho

« (...) O Governo pretende (...) dotar o ordenamento jurídico português de normas que garantam e promovam o reforço progressivo da autonomia e a maior flexibilização organizacional e pedagógica das escolas, condições essenciais para a melhoria do sistema público de educação.

(...) O aprofundamento da autonomia das escolas e a conseqüente maior eficácia dos procedimentos e dos resultados decorrerá, em grande medida, através da celebração de contratos de autonomia entre a respetiva escola, o Ministério da Educação e Ciência e outros parceiros da comunidade, nomeadamente, em domínios como a diferenciação da oferta educativa, a transferência de competências na organização do currículo, a constituição de turmas, a gestão de recursos humanos.»

A portaria 265/ 2012 de 30 de Agosto, com base no aprovado pelo Decreto -Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, anexa também o *contrato de autonomia* das escolas como uma estratégia importante por «considerar o contrato de autonomia como mais um dos instrumentos de autonomia, considerando-o por via dos compromissos celebrados o instrumento por excelência de aprofundamento da autonomia das escolas.»

O despacho Normativo nº7/2013 de 11 de junho sobre a organização do ano letivo de 2013/2014 reforça as intenções de dar maior consistência à autonomia pedagógica e organizativa das escolas, tendo em atenção a experiência da aplicação do despacho nº13-A/2012.

Capítulo I Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

«1. O presente despacho normativo concretiza os princípios consagrados no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, designadamente no que diz respeito à organização do ano letivo, e define:

- a) Normas que reforçam a autonomia dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, doravante designadas por escolas, em matéria de distribuição de serviço pelos docentes em exercício de funções;
- b) Disposições relativas a distribuição de serviço docente;
- c) Critérios para a fixação do número de adjuntos do diretor;
- d) Critérios de atribuição de crédito horário;
- e) Limites dentro dos quais são organizados os horários dos alunos e dos docentes.

2. O presente despacho normativo estabelece, ainda, orientações a observar na organização dos tempos escolares dos alunos e na operacionalização da Oferta Complementar.»

Tendo em conta a legislação apresentada, podemos considerar que a eficácia do sistema educativo poderá passar por uma maior autonomia das escolas, nas suas várias vertentes. No entanto é necessário considerar que esta eficácia que se pretende não depende só da família, dos alunos ou dos professores. A liderança e a formação humana do líder é fundamental na organização e promoção de um bom ambiente educativo, responsável também pelo êxito das aprendizagens. Deste modo, aos conhecimentos de pedagogia, gestão, economia e administração devem juntar-se outras características não menos importantes para o bom funcionamento de uma escola, como por exemplo: capacidade de relacionamento, noção de entreaajuda, atitude ponderada e sensata, postura positiva, honestidade, ponderação, experiência, gosto pelo ensino e vontade de trabalhar. Uma boa formação humana não pode considerar o lugar de líder como um *feudo* onde o *eu* se suplanta ao *nós* e o poder ofusca toda a beleza da arte de ensinar.

A diversidade das realidades escolares e a conseqüente produção de novas pedagogias e métodos de trabalho põe em causa a definição de um modelo escolar único- *the one best system*-, expressão de David Tyack, utilizada por Nóvoa no artigo *Regresso dos professores*. Os vários modelos escolares ganham com a autonomia e tornam a formação de professores um momento muito mais importante e uma situação a rever.

4. O Professor – quem é?

Para a sociedade portuguesa a palavra professor tem vindo a ocupar um lugar de destaque, sobretudo quando relacionada com o tema Educação. A ligeireza com que muitas vezes é utilizada nos mais variados contextos, educativos ou não, banaliza a dignidade da profissão que representa. Uma pequena pesquisa, num dicionário de Língua Portuguesa, sobre o significado desta palavra, torna-se pertinente e servirá de alavanca para o tema que queremos abordar: o professor – quem é e o que faz.

Assim, a palavra professor, de origem latina - como a maior parte das palavras portuguesas - significa, de acordo com o Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências (2001) “ pessoa que ensina uma disciplina,

uma arte, uma técnica ou outros conhecimentos”. O verbo que refere a ação desenvolvida por esta pessoa é *ensinar*, característica principal do professor.

O mesmo dicionário refere ainda como equivalentes as palavras: docente, formador e instrutor, o que pode fazer parecer que todos nós somos professores, uma vez que, sempre que partilhamos os nossos conhecimentos com os outros, sobre os mais diversos temas e em distintas ocasiões, estamos a promover o saber e a produzir conhecimento nos outros. Na verdade, saber ensinar e o que ensinar é uma área concreta da formação de professores, porque o ponto fulcral da sua atividade profissional.

Um professor é antes de mais um ser humano que vive em sociedade, tem sentimentos e merece todo o respeito do mundo. A atribuição de um conjunto diversificado de definições compreende-se pela quantidade de funções que muitas vezes tem de desempenhar. O facto da sociedade moderna estar em constante mudança e o sistema educativo entender que é importante acompanhar essas mudanças, justificam a diversidade de funções dos professores. Reconhecer tão elevado número de competências é motivo de gáudio, mas, ao mesmo tempo, de consciencialização da necessidade de formação constante, de forma a dar-se resposta, de uma forma responsável, aos desafios que entretanto se colocam.

O professor está naturalmente ligado ao conceito de escola e tudo o que a ela está ligado. Na opinião de Day (2001) a eficácia da sua atividade está dependente do seu desenvolvimento profissional contínuo, umas vezes resultante da experiência ao longo da carreira, outras da planificação de uma formação mais especializada. O desenvolvimento profissional é importante para manter ou melhorar a qualidade dos professores e, naturalmente, a qualidade das escolas e do ensino.

Lieberman (1996:187) - citada por (Day:18) identifica três cenários em que o desenvolvimento profissional ocorre enquanto aprendizagens:

- a) *Instrução direta*- através por exemplo da participação em conferências, realização de cursos, ateliês, ou meras consultas.
- b) *Aprendizagem na escola*- através do treino de pares, de amizades críticas (o amigo crítico), revisão e avaliação de procedimentos, investigação-ação, trabalhos de grupo e avaliação de portefólios.

- c) *Aprendizagem fora da escola*- através de redes de trabalho, parcerias com outras instituições de ensino (universidade) e grupos informais.

Para complementar estas situações de aprendizagem o autor realça ainda a - *Aprendizagem na sala de aula* – através das *reações* dos alunos.

Empenhar-se num desenvolvimento profissional contínuo é uma atitude corajosa que revela um sentido de responsabilidade, competência e dedicação muito grande. Day (2001:23) classifica-a de profissionalismo, ao mesmo tempo que refere que «a forma como os professores reagem enquanto profissionais é fundamental para a qualidade do ensino e da aprendizagem na sala de aula.» A diversidade de funções, a intensificação do trabalho, as reformas consecutivas, são fatores importantes que podem dificultar a frequência de formação, por falta de tempo e energia. No seguimento desta constatação é ainda Day (2001:30) que nos coloca uma reflexão atenta sobre a ideia de profissionalismo, quando refere que os padrões de desempenho são impostos externamente, as competências são o centro dos modelos de formação (inicial ou contínua) e são introduzidos de novo os sistemas de créditos. Estas situações retiram autonomia aos professores para orientarem a sua carreira em função das suas necessidades, das suas aptidões e gostos, tendo sempre em conta a melhoria da qualidade do seu ensino e passam a cumprir normas, provenientes na maior parte das vezes dos relatórios internacionais, dos avanços das novas tecnologias, que competem com o saber científico do professor, e dos resultados da economia mundial.

O desenvolvimento profissional dos professores deve ser contínuo sempre que estes tenham necessidade de ajustarem os seus conhecimentos a novas realidades escolares ou reformas educativas. Esta vontade em aprender mais, melhorar e diversificar os conhecimentos é uma mais-valia para a qualidade do ensino e da escola. Esta forma de pensar e atuar está condicionada e convive com outros aspetos importantes que investigadores e estudiosos da área da educação apelidam de “ fases do desenvolvimento da carreira dos professores”. A carreira profissional dos professores tem várias etapas e várias fases. Com base num esquema apresentado por Huberman (1995) - citado por Day (2001:101) verificamos que as fases estão relacionadas com o tempo de serviço e explicam-se da seguinte forma:

Entrada na carreira - momento de descoberta e sobrevivência.

- 1ª fase - 1 a 3 anos - Estabilização
- 2ª fase - 4 a 6 anos - Experimentação e Questionamento
- 3ª fase - 7 a 18 anos - Diversificação e Questionamento
- 4ª fase - 19 a 30 anos - Serenidade e Conservantismo
- 5ª fase - 31 a 40 anos - Desinvestimento (sereno ou amargo)

A entrada na carreira é um período decisivo para os professores pois é o momento de consciencialização do que é esta profissão e de quais são as funções que tem que desempenhar, muitas vezes diferentes daquelas que imaginavam. As imagens construídas durante a formação vão-se alterando à medida que o contacto com a realidade se torna mais concreto e ativo. Há naturalmente uma reformulação de ideias entre as quais a procura de uma nova profissão.

Após o estágio, e nos três primeiros anos considerados o período da estabilização, os professores sentem-se com mais experiência, confiança e segurança para desempenharem as suas funções. Há uma consolidação e aperfeiçoamento das técnicas de ensino e uma melhor integração no grupo. É nesta fase que, de acordo com Cooper (1992:81) citado por Day (2001:105) a liderança deve reforçar o apoio aos professores, estimulando-os, envolvendo-os em novos projetos e novos desafios.

As fases seguintes dedicam maior atenção à progressão na carreira, á cultura de escola. É também frequente que nesta altura os professores procurem novos desafios, novas responsabilidades e até mesmo mudança de escola. As responsabilidades fora da escola começam a aumentar sobretudo com a família. O tempo dedicado á profissão começa a ser menor apesar do volume das tarefas aumentar. Na opinião de VonK, (1989) – citado por Day: (2001:106) esta fase pode levar a um reforço de energias, sobretudo na sala de aula devido a uma experiência já vivenciada e analisada.

A 4ª e a 5ª fase são aquelas que Day considera as de «maior saber fazer no ensino». Há uma maior preocupação com o comportamento, empenho e valores dos alunos, pois já se verificou um grande investimento nestas áreas. Há os que calmamente aguardam a aposentação e os que se sentem estranhos dentro da sua própria escola, porque o ambiente mudou.

O desenvolvimento profissional de um professor deve ser sempre analisado tendo em conta o desenvolvimento pessoal de qualquer ser humano, e as características próprias

de cada um. No momento atual, em que se observa uma reformulação grande a nível da organização e administração escolar, por causa da diminuição de alunos e das dificuldades económicas do país, podemos deduzir que as fases da carreira do professor anteriormente apresentadas, poderão ser alteradas ou mesmo nem se verificar.

4.1 As funções do professor na sociedade de hoje

A literatura sobre ensino e aprendizagem, nomeadamente aquela que refere a palavra professor e as tarefas que lhe estão confiadas, é rica na produção de vocábulos e, se bem se entende, de reconhecimento de valores diversificados: formador, instrutor, gestor, ator, sociólogo, animador, produtor, missionário, orientador, supervisor, psicólogo, ensaiador, maestro, pai/mãe, protetor, tutor, escritor, etc. Barroso (2005:173) ainda acrescenta, missionário, militante, funcionário, profissional, especialista e super-herói. Esta diversidade de atribuições se bem refletidas e analisadas levam a fazer do professor uma verdadeira instituição, capaz de dar resposta a todos os problemas educativos. Mas, por outro lado é uma forma de reconhecer o seu valor dando a esta profissão uma dignidade sem paralelo. Roberto Carneiro, em *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*², acrescenta ainda que novas tarefas serão valorizadas e atribuídas ao professor do século XXI como por exemplo: “conselheiro ao aprendente individual; gestor de contratos de aprendizagem; moderador de aprendizagens; parceiro de trabalho de projeto; prestador de serviços aos formandos que evidenciam maiores dificuldades pessoais; mentor de projetos particulares de aprendizagem; co-criador de conteúdos multimédia de aprendizagem; integrador de saberes parcelares e segmentados”.

Quanto maior for a atribuição de funções maior é o reconhecimento das suas capacidades. Neste sentido, a formação dos novos professores em contexto educativo é pertinente e muito produtiva, pois proporciona aprendizagens diferenciadas que, em sala de aula e apenas reconhecidas teoricamente, não têm o mesmo efeito. Ao orientador da escola compete então proporcionar o conhecimento de várias realidades educativas, participando e acompanhando o estagiário nessa integração. Quanto melhor formado e

² “Aprender 2020: uma agenda internacional para a UNESCO”, in *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 37).

preparado estiver o estagiário, melhor será o seu desempenho e melhor estará a educação, porque, educar, também pressupõe ensinar e ensinar não é uma atividade fácil como nos refere Bourdieu neste pequeno texto que vamos registrar:

“Ensinar não é uma atividade como as outras. Poucas profissões serão causa de riscos tão graves como os que os maus professores fazem correr aos alunos que lhe são confiados. Poucas profissões supõem tantas virtudes, generosidade, dedicação e, acima de tudo, talvez entusiasmo e desinteresse. Só uma política inspirada pela preocupação de atrair e de promover os melhores, esses homens e mulheres de qualidade que todos os sistemas de educação sempre celebraram, poderá fazer do ofício de educar a juventude o que ele deveria ser: o primeiro de todos os ofícios.”

(Pierre Bourdieu : 1985)

As funções de um professor são imensas numa sociedade em constante evolução que atribui à escola um conjunto alargado de funções nunca anteriormente observadas porque da competência da família. Esta exigência social relacionada com a educação pré-escolar e os períodos de escolaridade obrigatória, “conduz a uma indefinição de funções” revela Sacristán³ (1999:67). Esteve (idem:100) reforça esta ideia quando refere que as responsabilidades educativas são cada vez maiores para os professores. É uma exigência que se verifica porque “outros agentes de socialização” não o fazem. Indica a família como o caso mais notório, sobretudo após o momento em que a mulher deixou de estar em casa para cuidar da educação dos filhos e passou a trabalhar fora de casa retirando deste modo momentos de convívio e reflexão decisivos e necessários para a educação dos jovens. Há um conjunto de valores básicos que devem ser tarefa essencial da família e que se pede que seja a escola a ensinar. O efeito nunca é o mesmo porque a família é um organismo próprio e insubstituível. Conclui então Esteve (idem:100) que o professor de hoje não só deve mostrar que tem conhecimentos nas áreas que leciona como também deve ser um “facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo” e também “cuidar do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos” e do seu bem-estar no meio escolar.

A avaliação do resultado destas novas competências regista-se quando os alunos, com toda a naturalidade, em pleno ambiente de sala de aula, se dirigem aos professores tratando-os por pai, mãe, avô, avó, ou outro grau de parentesco. É uma atitude espontânea que caracteriza um ambiente relacional positivo, bom e importante para a realização das aprendizagens.

³ Sacristán. J.G in Nóvoa, A. *Profissão Professor*,1999,Porto Editora

O espaço educativo comporta um conjunto de áreas diversificadas que vão sendo postas em destaque de acordo com as realidades educativas que vão ganhando relevo. Os professores são sem qualquer dúvida uma área fundamental, porque comprometidos com as aprendizagens. A formação dos professores tem vindo a ser objeto de maior análise, ponderação e reflexão porque se considera fundamental para a melhoria do ensino sobretudo das aprendizagens. O capítulo seguinte vai, pois, abordar esta temática com base na minha experiência profissional e na opinião de alguns autores.

CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Introdução

Um percurso profissional de cerca de 23 anos ao serviço da Educação e do Ensino não podia deixar de ser rico em experiência, reflexões e formação, nas várias vertentes do saber. O facto de ainda me manter na profissão, de tentar adquirir mais conhecimentos para poder estar mais enquadrada e prestar um melhor serviço à comunidade, fez com que ao longo de todo este percurso não tivesse posto de parte a minha formação, procurando sempre adquirir mais conhecimentos na minha área ou em áreas complementares, de forma a poder acompanhar adequadamente a evolução do ensino, da sociedade em geral e dos alunos em particular.

Nesta ordem de ideias, após a licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a realização da profissionalização em serviço, ainda concluí o mestrado em Língua, Cultura e Didática do Português na Universidade da Beira Interior, aquando da minha função de orientadora de estágio de Língua Portuguesa. Este momento foi mesmo muito especial, não só a nível do crescimento como ser humano, mas também como profissional do ensino e formadora de novos profissionais. Esta experiência foi marcante, fantástica e enriquecedora no meu percurso profissional, por isso entendi que deveria ser o tema de realce neste relatório reflexivo, que faz parte do Mestrado em Ciências da Educação, na especialização de Supervisão Pedagógica e Avaliação do Desempenho Docente, que estou a frequentar na Universidade Católica. Esta nova formação é, mais uma vez, fruto de uma necessidade de aprofundar e atualizar conhecimentos relativamente à Supervisão Pedagógica, uma vez que, de acordo com Despacho normativo nº24/2012 de 26 de outubro, fui indicada para a constituição da bolsa de avaliadores externos. Por outro lado confirma a ideia de que, na verdade, o desenvolvimento profissional é contínuo e permanente, de acordo com as necessidades do momento, tendo como objetivo desenvolver e diversificar as competências do professor e melhorar a qualidade do ensino.

A responsabilidade de contribuir para a formação de novos profissionais do ensino é um momento único e marcante na vida de um professor. Compreendi-o e verifiquei-o enquanto delegada à profissionalização e orientadora de estágio. É um período de intensa formação quer para o orientador quer para o formando. Ensinar a ensinar e ensinar como ensinar a aprender foi um desafio constante ao desenvolvimento das competências pedagógicas. Mas, ser andaime ou alicerce na construção de uma atividade profissional, que em muitos casos se traduz na realização do sonho do jovem formando que temos ao nosso lado, é também um momento em que a emoção assume um papel de destaque, porque ser profissional implica não só conhecimentos práticos sobre a atividade docente, mas também muita sensibilidade, porque lidamos com pessoas.

1. A formação inicial

A formação inicial de professores é considerada por muitos como a primeira etapa de um longo percurso de formação constante na área do ensino de acordo com o tipo de alunos e de escolas onde o professor vai estar ao serviço da Educação. Esta primeira etapa, hoje de cerca de cinco anos, começa com a escolha de um curso superior direcionado ao ensino e, conseqüentemente, a sua frequência e aproveitamento a nível dos conhecimentos científicos, pedagógicos e práticos. Campos (2002) corrobora esta ideia quando diz que em Portugal, a formação inicial de professores privilegia dois modelos: o *académico*, onde se adquirem conhecimentos científicos, didáticos e pedagógicos, nas instituições de ensino superior, de acordo com o currículo estipulado e o *técnico*, onde se privilegia a parte do saber fazer, da prática em contexto de sala de aula, que se treina, apreende e analisa, numa escola cooperante da instituição de ensino superior, aquela onde os estudantes/professores realizam o seu estágio profissional. É, sobretudo, sobre este ano de estágio que vai incidir a nossa análise e reflexão, uma vez que foi um momento marcante da minha carreira como professora, porque aprendi muito relativamente às questões humanas e, naturalmente, também às pedagógicas. A responsabilidade da formação prática dos estagiários exigia uma reflexão e atualização constante das estratégias escolhidas e utilizadas. Por outro lado, a integração dos estagiários num ambiente novo, porque observado numa outra perspetiva e dimensão, permitiu reforçar a ideia do quão importantes são as relações humanas e os ambientes de

trabalho, para que os objetivos sejam alcançados com êxito. Deste modo, a fase do acolhimento tornou-se um momento único nesta etapa de formação, à qual dedicamos mais e maior atenção, porque especial, para quem está a começar uma atividade onde a formação humana tem um papel de destaque. Estrela (2002) considera a formação inicial como um momento de preparação e desenvolvimento da pessoa em ordem ao desempenho de uma atividade. Ora, neste sentido, esta preparação e desenvolvimento da pessoa, deve também destacar a importância das atitudes e dos comportamentos por serem elementos básicos num ambiente educativo, onde se encontram jovens muito atentos aos exemplos e formas de agir do professor, porque são, na maior parte das vezes, modelos e linhas de orientação. A este propósito, Postic (1995:23) refere que «uma formação de professores deve provocar a evolução de atitudes e de comportamentos...» e justifica esta opinião, quando refere que «a criança, o pré-adolescente, tem uma necessidade fundamental de proteção, de apoio, no desenvolvimento do seu EU. Apoia-se nos professores, não apenas porque os vê como figuras paternas diferentes, mas porque sente a importância do conhecimento, o papel construtivo do funcionamento intelectual no seu desenvolvimento.»

A importância do professor na formação geral de um aluno é, desde há muito, reconhecida por todos, daí o facto de desempenhar uma quantidade considerável de funções na comunidade educativa, conforme as características do meio em que está inserido e dos objetivos da escola. Os desafios são muitos, por isso, na sua formação inicial, há necessidade de os dotar com competências diversificadas que vão atualizando numa formação contínua posterior.

As mudanças em Educação são frequentes, por isso os seus atores (professores) têm de estar preparados para as novidades e disponíveis para fazer formação. Estas mudanças são, segundo Azevedo (2001), resultantes das políticas educativas dos vários governos que pretendem, essencialmente, melhorar a qualidade do ensino, sobretudo nas escolas públicas, aquelas que o Estado dirige e controla mais diretamente. No entanto, o mesmo autor refere que as constantes mudanças podem produzir o efeito contrário, sobretudo se tivermos em conta que as escolas não são iguais em todo o país, porque instaladas em contextos diferentes, e que por isso a aplicação de regras generalizadas podem não produzir o efeito pretendido. Deste modo, o autor acredita que mais autonomia para as escolas, no sentido de adequarem as mudanças às características

de cada escola, pode ser uma atitude mais prudente para a melhoria. Muitas das mudanças têm como base resultados estatísticos de inquéritos nacionais e internacionais, onde se destacam o abandono escolar ou a retenção dos alunos, situações que as políticas educativas pretendem resolver. A proposta de Azevedo na sua obra *Liberdade e Política Pública de Educação (2011)* é pois que se faça uma melhoria gradual com a participação de todos respeitando as características de cada meio educativo. Uma *responsabilidade social pela educação* pode e deve ser a direção da Educação. (p:117)

Os estagiários devem pois ser informados de que o ensino, tal como qualquer sociedade, está em constante mudança, por isso, devem estar preparados e disponíveis para ajustarem a sua formação e conhecimentos, de forma a melhorarem a qualidade do ensino e melhor se adequarem às normas provenientes do Ministério. A formação contínua e o desenvolvimento profissional são realidades a considerar e a interiorizar. Qualquer uma das situações contribui para um crescimento humano e profissional. Formosinho (2009) entende que estas duas situações têm perspetivas diferentes. A formação contínua perspetiva o ensino e a formação e o desenvolvimento profissional, a aprendizagem e o crescimento.

O ano de estágio visa essencialmente preparar profissionalmente estes alunos/professores, por isso se considera que uma abordagem clara e objetiva de todos os temas inerentes à profissão devem ser objeto de reflexão. Esta atitude formativa pode permitir, atempadamente, a escolha de um trajeto profissional diferente para aqueles alunos/professores que constatarem haver um desfasamento entre o que pensavam ser a profissão de professor e aquilo que realmente ela é ou pode vir a ser. O ensino precisa de ter profissionais competentes, porque é uma profissão muito especial e de muita responsabilidade. A base da competência de qualquer atividade profissional está muitas vezes relacionada com o gosto pelo que se faz, logo, para se ser um professor também é preciso gostar de o ser.

1.1 A formação inicial de professores do 3º ciclo e secundário

A escolha de uma atividade profissional é um trajeto que começa, na maior parte das vezes, no momento em que o jovem completa o 9ºano de escolaridade e se vê obrigado a enveredar por uma área específica no secundário. É um momento decisivo que pode sempre modificar caso não se sinta confortável com a área disciplinar escolhida. Um reajustamento na especificidade da área é realizado, posteriormente, no final do 12ºano, quando opta por um curso mais específico que pretende frequentar. Na maior parte dos casos a escolha da profissão tem por base uma apetência concreta pelo que se pretende fazer ou ter como profissão. A família, os professores, o meio ambiente, os amigos, as expectativas económicas e sociais são fatores que também costumam influenciar a escolha do percurso profissional, incluindo o talento, a arte e a personalidade de cada um.

A escolha de uma atividade ligada ao ensino tem muitas vezes por base algo relacionado com uma influência familiar, mas também o exemplo de um determinado professor, o ambiente de escola ou mesmo uma característica de personalidade. A formação de professores para os vários ciclos de ensino, isto é, pré-escolar, básico, secundário e superior é diferente em alguns aspetos, porque direcionada a públicos diferentes, com idades distintas, logo, capacidades de aprendizagem diferenciadas também. Neste relatório estará em destaque a formação inicial dos professores de Português do 3ºciclo e secundário.

A formação inicial dos professores do 3º ciclo e secundário começa concretamente aquando da entrada na Universidade num curso com uma componente direcionada ao ensino. A reorganização dos cursos superiores, tendo como base a adequação a Bolonha – decreto-lei nº 74/2006 – que pretende essencialmente a internacionalização da sua formação e a mobilidade dos seus estudantes, permitiu a constituição de 3 ciclos no ensino superior: 1º ciclo de 3 anos (licenciatura); 2º ciclo de 2 anos (mestrado) e 3º ciclo de 3 anos (doutoramento). Neste contexto, a formação inicial de professores passou a ser feita num período de 5 anos, sendo o 5º ano, aquele onde se realiza o estágio pedagógico numa escola, supervisionado por um professor cooperante/ orientador e que confere a qualificação profissional para o ensino.

A Direção Geral de Administração Escolar (DGAE) na sua página informativa da Internet - www.dgae.mec.pt- no item relacionado com Habilitação Profissional para a Docência refere o seguinte:

«A profissão docente é certificada por uma qualificação profissional. A qualificação profissional para a docência, num determinado grupo de recrutamento, é condição indispensável para ser candidato ao concurso (Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 51/2009, de 27 de fevereiro. A habilitação profissional é obtida através de um curso de formação inicial de professores, ministrado em escolas superiores ou em universidades, e organizado segundo os perfis de qualificação para a docência. Estes cursos qualificam, profissionalmente, para o grupo de docência / de recrutamento no qual foi realizado o estágio/prática pedagógica ou na especialidade do grau de mestre, nos termos fixados pelo Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de fevereiro.»

Esta informação permite, então, reconhecer que o mestrado passa a ser o nível de qualificação profissional para o desempenho da atividade docente, sendo que o 5º ano (2º do 2º ciclo) constitui o ano da prática pedagógica supervisionada e em contexto escolar.

Esta componente prática de formação, que complementa a formação académica realizada durante os quatro anos anteriores e onde se privilegiou um conjunto de saberes científicos sobre a disciplina em questão e também conhecimentos teóricos das Ciências da Educação, é da responsabilidade das escolas cooperantes e dos professores cooperadores. Esta prática, «centrada na ação educativa em contexto real, é considerada como a mais importante e a mais poderosa componente dos programas de formação (McINTYRE et al, 1996; Lortie,1975) citado por Rodrigues (2001:7). Mas, é também Rodrigues (p:8) que lembra que a prática sem uma observação e análise não pode ter um efeito formativo, reforçando, então, o papel do orientador e a importância do contexto educativo. Embora conhecedores de que «muitos programas de formação privilegiam a formação académica, seja na área dos conteúdos específicos de ensino, seja nas ciências da educação, minimizando as condições reais da prática da escola e da sala de aula bem como as características das populações que aí se encontram.» Rodrigues (p:8) salienta que a formação profissional do professor não pode conceber-se sem o ambiente da escola ou mesmo da sala de aula.

2. A profissão docente

A profissão docente sempre foi considerada de grande importância na Educação, no entanto, nestes anos iniciais do século XXI começou a ocupar um lugar de maior destaque, por ser motivo de maior análise e reflexão. Nóvoa, no seu artigo “Regresso dos professores” (2007:22) informa-nos que esta «ribalta» se deveu aos resultados de estudos internacionais comparados, mais concretamente do programa PISA, desenvolvido pela OCDE a partir de 1997, onde se identificavam dificuldades relativamente às aprendizagens. E, naturalmente, quando se fala em aprendizagens, os professores estão diretamente implicados, sobretudo nas suas práticas docentes. Posteriormente, esta preocupação também se verificou com a divulgação de um relatório, também da OCDE, publicado em 2005 - *Teachers Matter* que revelava e confirmava grande preocupação com questões relacionadas com a profissão, tema que se tornou «uma prioridade das políticas nacionais.» Mas não foram só os resultados dos relatórios da OCDE que promoveram a reflexão sobre a prática docente. Novas realidades contribuíram para a necessidade de uma reflexão mais atenta que segundo Nóvoa estão relacionadas com a diversidade e com as novas tecnologias. Relativamente à diversidade, a heterogeneidade dos públicos aprendentes implicava uma redefinição de novas pedagogias e métodos de ensino tendo em conta as necessidades de cada um para se sentir integrado. Deste modo o modelo de escola já não podia ser único. Relativamente às novas tecnologias, verificou-se uma grande adesão da sociedade por ser mais rápida a informação o que entrava em competição com as formas tradicionais de ensino. Esta constatação implicava formação especializada dos professores, atualização de conhecimentos sobre novas formas de aprendizagem. Nóvoa, apoiado nas ideias de Olga Pombo, refere que o professor não se pode igualar às novas tecnologias no que respeita a propagação de informação, porque, enquanto ser humano tem ao seu serviço um conjunto de características inimitáveis que são, entre outras, a voz, o ritmo, a entoação, os gestos, a fala, várias linguagens, e, acrescentava eu, sensibilidade que o tornam único para o ensino.

O referido artigo dá-nos conta também dos temas que mais preocuparam a educação nos anos 70, 80, e 90, e que foram motivo de reflexão e alguns ajustamentos:

- a) Anos 70 - racionalização do ensino, da pedagogia por objetivos, do esforço para prever, planificar e controlar;

- b) Anos 80 - reforma nas estruturas dos sistemas escolares e, muito particularmente, na engenharia do currículo;
- c) Anos 90 - organizações escolares, seu funcionamento, administração e gestão.

A formação inicial é, como já referimos anteriormente, uma das etapas do desenvolvimento profissional onde se privilegia o treino da prática docente com o objetivo de formar professores competentes para desempenharem com eficácia as funções que lhe forem confiadas. A prática reflexiva inculcada no grupo de estagiários vai permitir que entendam esta atitude como uma mais-valia para melhorarem a qualidade das suas prestações educativas enquanto promotores de aprendizagens, uma vez que se observa melhoria no ambiente da sala de aula, na qualidade do ensino e da integração dos alunos, apesar de terem capacidades e objetivos diversificados. A adequação de estratégias de acordo com as necessidades de cada um, advém da auto-reflexão ou da reflexão em conjunto que se presume ter, sempre que se pensa que se podem alcançar melhores resultados. Alarcão, Azevedo e Lima realçam esta atitude nos seus discursos relativos à Educação sobretudo relacionados com a eficácia escolar, desenvolvimento profissional, prática docente e melhoria das escolas, porque é um elo de ligação muito importante.

No entender de Isabel Alarcão (2002) escola reflexiva abarca não só o conceito de formação como também o de avaliação, por isso defende esta ideia, e entende que a criação de «comunidades aprendentes» é salutar, pois permite ao professor organizar o seu agir de acordo com a relação estabelecida com os outros elementos do grupo e que por isso pode estar mais confiante e seguro. O trabalho em equipa torna-se mais produtivo e eficaz. No entanto, há que ter em conta que o desempenho ou o êxito de qualquer tarefa proposta em comum depende muito das características de personalidade, conhecimentos e experiências de cada professor.

Na mesma linha de ideias, Roldão (2007) refere também que os professores devem desenvolver a capacidade de análise apreendida na sua formação inicial, pois contribui para a melhoria da qualidade do seu desempenho. Quanto melhor for a formação do professor melhor é a qualidade das aprendizagens. A prática reflexiva é deste modo um ponto a considerar.

Em linhas gerais também Azevedo (2011) apoia a prática reflexiva sobretudo quando ela permite identificar a heterogeneidade de uma turma e implementar estratégias de ensino /aprendizagem adequadas às características de cada um.

A minha experiência como orientadora permitiu verificar o quão importante e produtiva se tornava a reflexão feita por todos, após cada aula lecionada, onde se analisavam todos os momentos, porque todos eram e são importantes. A reflexão conjunta permitia confrontar e partilhar ideias e, ao mesmo tempo, promover a organização e produção de novas estratégias em ordem à melhoria gradual quer dos alunos quer do desempenho dos novos professores. Reforço que estes momentos só se concretizavam porque o ambiente entre o grupo era bom, o que ajudava a sentirem-se mais seguros e confiantes.

3. O estágio e o estagiário

O ano de estágio é aquele em que os alunos fazem a sua formação em contexto de escola e põem em prática os conhecimentos, sobretudo de pedagogia e didática, adquiridos durante os anos anteriores, com a ajuda de um professor cooperante, o orientador. É um ano muito importante porque tudo é novidade e a apetência para acumular e armazenar informação é muito grande também. O discurso utilizado neste relatório tem como base a orientação de estágios de português do 3º ciclo e secundário durante o período de 2000 a 2007, com modelos de formação diferentes do atual, (profissionalização em serviço e profissionalização com licenciatura), mas com o mesmo objetivo.

O que fazem os estagiários durante um ano na escola? Poderia ser uma pergunta pertinente se não tivéssemos o conhecimento do funcionamento deste ano de prática, quer porque também já realizámos a nossa profissionalização, quer porque observamos a profissionalização de outros, ou, basicamente, porque participamos como orientadores na formação dos novos professores. Para um leigo, um ano é muito tempo para aprender a ensinar, porque parece que é apenas isso que se pensa que se aprende no estágio. Aprender a ensinar e aprender a ensinar a aprender mobiliza um conjunto de conhecimentos de áreas diversificadas que interligadas podem atingir objetivos muito

positivos. As áreas da Pedagogia e da Didática são as que mais se evidenciam, outras há que se podem conjugar como por exemplo: informática, saúde, artes etc.

Preparar profissionais capazes de corresponder aos constantes desafios da sociedade, é uma necessidade inequívoca e o principal objetivo do ano de estágio, pois sabemos que a qualidade da educação também depende em grande parte da formação/preparação dos seus professores. Neste ano de estágio os alunos/professores reúnem um conjunto de características que podem contribuir e podem ser uma mais-valia para uma formação eficaz, onde podemos realçar a idade, a capacidade de absorção e a disposição para tal, a curiosidade, o empenho e a vontade de fazer mais e melhor, os sonhos que estimulam e agitam a criatividade e a responsabilidade pela imagem. É neste ambiente e tendo em conta todas estas características e diversidades que o orientador desenvolve a sua função de formador e os vai preparar ativamente para o desempenho do papel de professor, não só enquanto especialista em técnicas e métodos pedagógicos, mas também como responsável pela formação académica e humana dos jovens em idade escolar. É nestas escolas cooperantes que os estagiários se confrontam na realidade e pela primeira vez com o conceito de profissionalidade. Para melhor resumir o momento do estágio regista-se um excerto do despacho nº 8322/011, de 16 de Junho que diz o seguinte:

“ O novo sistema de atribuição de qualificação profissional para a docência dá especial valor à área de iniciação à prática profissional consagrando à prática de ensino supervisionada, como o momento privilegiado e insubstituível, de aplicação dos conhecimentos, capacidades, competências e atitudes ao contexto real das situações concretas da sala de aula, da escola e da comunidade escolar.”

A perceção concreta da realidade escolar e a forma como se deve e pode agir perante dificuldades de carácter educativo ou relacional, devem ser abordagens graduais e feitas com calma e tranquilidade. Formar para a atividade docente implica também desenvolver, promover, despertar e valorizar a sensibilidade humana, porque toda a atividade profissional se vai desenrolar num ambiente onde o ser humano é imprescindível e está no centro das atenções. Um bom ambiente relacional é fundamental para a realização das aprendizagens, para o êxito e para a progressão de todos.

Day (2001) refere que os professores não se limitam a ser promotores do conhecimento, são também conselheiros das aprendizagens e nada nem ninguém tem um papel tão preponderante nessas aprendizagens, porque a relação pessoal

professor/aluno é fulcral em pedagogia. Do mesmo modo as aprendizagens feitas pelos estagiários serão também mais eficazes se houver um bom relacionamento entre o grupo de estágio e o orientador.

Uma das primeiras reações manifestadas pelos estagiários quando em contacto com a realidade escolar é a surpresa da diversidade de funções que poderão ter que desempenhar, apesar de já terem lido muitos estudos sobre as funções do professor. Num primeiro momento sentem-se inseguros e preocupados, mas com o decorrer da integração no ambiente escolar, este sentimento vai dando lugar a uma atitude positiva. A necessidade de formação constante e diversificada, começa a fazer parte dos seus projetos de formação contínua.

Estrela (2002) considera a formação inicial de professores o momento de «preparação e desenvolvimento da pessoa» por isso entende que se deve proporcionar aos professores em formação métodos, técnicas científicas e pedagógicas básicas, sem esquecer alguma formação pessoal e social.

Nóvoa (2007) depois de constatar que, de há uns tempos a esta parte, a comunidade de formação de professores, e entende como pertencente a esta comunidade os departamentos universitários na área da Educação, especialistas internacionais e a indústria do ensino, aumentou consideravelmente, o que, de certa forma, também proporcionou uma «inflação discursiva» (p:24) sobre os professores. O autor sugere então algumas medidas de atuação para ajudar a ultrapassar algumas situações menos confortáveis para os professores, onde destacamos a ideia de que a formação dos professores deve ser feita dentro da profissão, isto é, que é muito importante uma maior integração no contexto escolar e realizada logo nos primeiros anos de formação, tal como a estrutura da formação dos médicos. Um maior contacto com a realidade e a partilha de saberes com os seus pares promove uma melhor formação. Mais prática, mais reflexão e menos teoria.

4. O orientador

A Lei de Bases do Sistema Educativo - lei nº49/2005 de 30 de agosto- determina no capítulo IV artigo 34º a necessidade de profissionalização dos professores, mas não refere concretamente quem acompanha e orienta essa profissionalização, nem sequer as características do professor orientador. Por isso, durante muito tempo se verificou que esta tarefa era atribuída ao coordenador do departamento disciplinar em questão, da escola cooperante. Quando este não aceitava o cargo competia à direção da escola nomear um outro elemento do departamento, profissionalizado e com idoneidade para ensinar a orgânica da profissão. A maior parte das Universidades não tinham nenhum esboço da planificação deste ano prático, por entenderem que não era da sua competência. A planificação deste ano de estágio estava a cargo do orientador da escola que se reunia periodicamente com o professor da universidade para fazer o ponto de situação das aprendizagens dos alunos/professores.

O orientador de estágio era pois o professor que acolhia os alunos da universidade e durante um ano os preparava para desempenharem a atividade docente, sobretudo na aquisição das práticas letivas e no conhecimento da orgânica da escola. A estruturação das etapas de aprendizagem também era feita pelo orientador tendo em conta duas situações muito importantes: as características dos formandos e as características da escola e dos seus alunos. Mas, tanto quanto pude verificar durante o período como orientadora, formar um profissional para desempenhar uma determinada atividade também é contribuir para a sua formação enquanto pessoa, o que aumenta o peso da responsabilidade da orientação. As relações humanas entre o estagiário e o orientador são muito importantes para que se desenvolva um clima de confiança promotor das boas aprendizagens.

É na sequência do desempenho desta função que tomei a decisão consciente de adquirir mais alguma formação neste âmbito e frequentei e concluí o mestrado em Língua, Cultura e Didática do Português. Esta nova formação implicou mais leituras, e mais diversificadas, mais e melhores conhecimentos na área da Educação e Ensino do Português, que foram muito importantes, pertinentes e oportunos para desempenhar com mais eficácia a função de orientadora.

O orientador tem um conjunto alargado de tarefas para realizar durante o ano de estágio, por isso em todas elas deve imperar o bom senso. Não é só da sua responsabilidade a promoção do saber prático e técnico da docência, aliado a uma atitude reflexiva, como ainda a sua consolidação e avaliação. Uma atitude reflexiva, produz uma escola reflexiva que, por sua vez, segundo Jorge Ávila de Lima e a obra *Em Busca da Boa Escola*, se torna uma escola mais eficaz. Na mesma linha de Isabel Alarcão (2003) entende que produz conhecimentos sobre educação e por isso está em constante desenvolvimento. Ao orientador compete, então, formar profissionais eficazes.

O despacho nº 8322/2011 de 16 de junho realça a importância da qualificação profissional e avança com algumas informações pertinentes, relativamente aos orientadores de estágio, mas apenas de carácter administrativo; requisitos, funções e atribuições de horas letivas. Apesar de se verificar algum avanço relativamente a estas funções, não contempla qualquer indicação quanto aos planos de ação nem o que podemos interpretar como sendo da responsabilidade das instituições que acolhem ou promovem esta formação. O despacho em questão é importante para todos os que desempenham ou venham a desempenhar esta atividade docente, motivo pelo qual se entende ser útil dar-lhe, aqui e agora, algum relevo.

“Com a transformação da estrutura dos ciclos de estudos do ensino superior no contexto do Processo de Bolonha, o nível de qualificação profissional para a docência passou a ser o de mestrado, demonstrando um esforço de elevação do nível de qualificação do corpo docente com vista a reforçar a qualidade da sua preparação socioprofissional, conforme determinado no Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, que aprovou o regime jurídico da habilitação profissional para a docência.”

De acordo com esta parte inicial do despacho todos os professores têm de ser profissionalizados. Esta profissionalização faz parte do mestrado, o que implica que os orientadores de estágio tenham também este grau.

“O novo sistema de atribuição de qualificação profissional para a docência dá especial valor à área de iniciação à prática profissional consagrando à *prática de ensino supervisionada, como o momento privilegiado e insubstituível*, de aplicação dos conhecimentos, capacidades, competências e atitudes ao contexto real das situações concretas da sala de aula, da escola e da comunidade escolar.”

A formação inicial de professores, sobretudo o ano de estágio profissional, é basilar para o bom funcionamento da escola, sobretudo no que depende do desempenho dos professores. O orientador vai proporcionar ao estagiário a aplicação dos conhecimentos, capacidades competências e atitudes adquiridas.

“Neste contexto, no quadro de uma parceria estabelecida com instituições do ensino superior, assumem especial relevância as escolas onde a prática de ensino supervisionada se desenvolve e os respectivos professores que orientam e supervisionam os estudantes como orientadores, denominados orientadores cooperantes.

Nos termos do artigo 19.º do Decreto -Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, os orientadores cooperantes devem possuir as competências adequadas às funções a desempenhar, sendo dada preferência aos docentes que sejam portadores de formação especializada em supervisão pedagógica e formação de formadores e ou experiência profissional de supervisão.”

Os orientadores de estágio passam a ter a designação de professores cooperantes, são o elo de ligação com a universidade e têm um papel de especial relevância. Devem ter formação na área da supervisão pedagógica ou experiência profissional na mesma área.

“Neste sentido, dado que os orientadores cooperantes desempenham uma função de orientação e supervisão pedagógica — devendo cumprir o disposto no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD) e serem docentes de carreira posicionados no 4.º escalão ou superior — que se adiciona ao exercício normal das suas funções docentes, consagra -se a redução da componente lectiva, ainda que com certos limites, pelo exercício de tais funções.

Nestes termos, determino o seguinte:

1 — O desempenho da função de orientador cooperante está dependente dos seguintes requisitos:

a) Dos exigidos no artigo 19.º do Decreto -Lei n.º 43/2007, de 22 de ser docente de carreira posicionado no 4.º escalão ou superior ou, inexistindo docentes nestas condições, pode ser escolhido um docente de carreira posicionado no 3.º escalão, neste caso desde que detentor de formação especializada.

2 — Exceionalmente, quando, a nível nacional, inexistam nos grupos de recrutamento docentes nas condições exigidas na alínea b) do número anterior, podem ser escolhidos como orientadores cooperantes docentes de carreira posicionados no 2.º ou no 1.º escalão da carreira.

3 — O orientador cooperante não pode ter mais estudantes do que turmas atribuídas, com o limite de quatro se o número de turmas for superior, por forma a garantir a cada estudante uma turma onde possa, de forma autónoma e responsável, realizar a sua prática de ensino supervisionada.

4 — O exercício das funções de orientador cooperante no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário pode dar lugar, por opção do docente, à redução de um tempo letivo semanal por cada estudante que o mesmo tenha a seu cargo, com o limite de quatro, enquanto durar o exercício dessas funções.

5 — Ao número de horas de redução da componente lectiva referido no número anterior são subtraídas as horas correspondentes à redução da componente letiva semanal de que os docentes beneficiem em função da sua idade e tempo de serviço,

nos termos do artigo 79.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

6 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Setembro de 2011.

7 de Junho de 2011. — O Secretário de Estado Adjunto e da Educação,

José Alexandre da Rocha Ventura Silva

Este esclarecimento administrativo da função do orientador cooperante das escolas é pertinente para que haja uma uniformização de procedimentos quanto à atribuição do cargo de orientador. No entanto, o seu perfil ou características de personalidade são elementos que, como bem entendemos não se podem delimitar. Por isso, nos vários estudos e reflexões feitos sobre quem pode ser este orientador, considerado em algumas linguagens ou momentos como supervisor, se considera que deverá ter experiência profissional, capacidade de relacionamento, conhecimentos científicos e pedagógicos adequados e atualizados e sobretudo uma formação humana baseada na entreatajuda, honestidade compreensão e sensatez.

O orientador de estágio de hoje é também considerado o supervisor pedagógico. Este vocábulo nem sempre foi bem aceite porque é forte e acarreta com ele uma imagem de autoritarismo, chefia e controlo. Talvez a tradução devesse ser mais amenizada para não causar tantos incómodos na comunidade educativa. Por outro lado esta imagem parece que foi interiorizada, erradamente, por alguns supervisores sem formação, aquando da avaliação do desempenho docente, o que gerou grandes problemas relacionais, modificando deste modo o clima de escola, que nunca mais voltou a ser o mesmo. A pouco e pouco a comunidade educativa está mais atenta e informada sobre o conceito de supervisão. O supervisor deveria e deverá ser o primeiro a promover o lado positivo da supervisão reforçando sempre a ideia de que se trata de um fator de melhoria da qualidade e não um ato meramente classificativo, criticador, insensível ou catalogador.

No que respeita ao supervisor da formação inicial de professores este conceito abarca um conjunto de competências das quais destacamos as seguintes: promotor, gestor, avaliador, líder, comunicador, facilitador, intermediário, ator, animador, administrador, etc. Convém esclarecer que o objetivo central da supervisão pedagógica é o desenvolvimento profissional, que como temos vindo a referir é contínuo e ao longo da vida. Nos estagiários é preciso inculcar-lhes esta ideia, nos professores de carreira é preciso sensibilizar, sem impor, para a necessidade de uma atualização de

conhecimentos. O conceito de supervisão começou a fazer parte do contexto educativo português em meados dos anos oitenta, através de Alarcão e Tavares, e registre-se aquilo que pensam sobre o objetivo da supervisão pedagógica: “Ensinar os professores a ensinar deve ser o objetivo principal de toda a supervisão pedagógica”- Alarcão e Tavares (1987:34).

Rodrigues (2001:3) diz-nos que o orientador de estágio já teve muitos nomes o que pode revelar alguma ambiguidade relativamente ao seu papel. Também refere que existe pouca investigação sobre os formadores de professores, o que contrasta com a importância que muitas vezes lhe é atribuída segundo revelam autores relacionados com a investigação educacional (LANIER e LITTLE,1986; DUCHARME,1990; GUYTON e WESCHE,1996) citados por Rodrigues (p:3). Alguns estudos também apontam os orientadores como sendo a «componente menos prestigiante na formação de professores» porque influenciam as aquisições anteriormente realizadas nas instituições responsáveis pela formação anterior.

Os requisitos administrativos para se ser orientador já foram referidos no decreto anterior, dando-se especial relevância á formação em supervisão pedagógica. Novamente Rodrigues (p:5) reforça a ideia de que o recrutamento destes orientadores muitas vezes estava e ainda está em algumas escolas, ligado a uma competência pedagógica com êxito na sala de aula, o que aliado à falta de informação concreta sobre os critérios de reconhecimento de competência para formar professores, pode pôr em causa a qualidade da formação profissional que tanto se pretende.

A formação em Supervisão Pedagógica foi referida nas recentes reestruturações educativas como sendo obrigatória para desempenhar a função de orientador e de avaliador.

O desenvolvimento profissional faz-se em várias fases do percurso profissional e conforme as necessidades do momento. Este relatório reflexivo é parte integrante de uma especialização em educação que entendi que devia fazer, quando confrontada com a necessidade de integrar uma bolsa de avaliadores externos, de acordo com decisões ministeriais relativas às normas de Avaliação do Desempenho Docente (ADD). Esta formação está a ser realizada numa fase do meu percurso profissional a que Gonçalves (2000) intitula de “Serenidade” onde os aspetos positivos que se destacam são: a

reflexão, a ponderação e o sentimento de ter valido a pena. Na verdade parece que tudo se complementa e adequa ao momento.

5. Breve abordagem histórico-evolutiva da atividade docente.

Os primeiros professores na vida de cada um de nós são os nossos pais e todos aqueles que conosco convivem ou partilham o mesmo ambiente. Não são profissionais do ensino mas sabem intuitivamente que devem partilhar conosco os seus conhecimentos e desenvolver as nossas capacidades cognitivas e comunicacionais.

Ao que se sabe, ensinar nem sempre foi considerada uma atividade profissional principal porque muitas vezes realizada como complemento de uma outra profissão ou um papel exclusivo da Igreja ou das ordens religiosas, com especial relevo para a Companhia de Jesus. Na segunda metade do século XVIII, com a reforma educativa do Marquês de Pombal verificou-se a criação de novas escolas e novos métodos pedagógicos, agora da responsabilidade do Estado. Proliferaram as Escolas Menores por todo o país e multiplicaram-se o número de professores e de *mestres de ler*. Criou-se mesmo um imposto literário que financiava as despesas com a educação.

Nóvoa (1999:15) entende que a génese da profissão de professor teve lugar nas ordens religiosas porque “ao longo dos séculos XVII e XVIII, os jesuítas e os oratorianos, por exemplo, foram progressivamente configurando um corpo de saberes e de técnicas e um conjunto de normas e de valores específicos da profissão docente.” Por isso o autor salienta que este século foi decisivo para a história da educação e da profissão docente. Começa em toda a Europa a delinear-se o perfil do professor ideal, recrutado agora pelo Estado, mas onde não se verificam grandes alterações. Os professores tornam-se cada vez mais ativos no que respeita a área educacional. O aumento do número de alunos, o conhecimento de novas técnicas pedagógicas, o alargamento do currículo e a introdução de novos métodos de ensino torna-se uma especialização que implica considerar o ensino como uma atividade principal, isto é como profissionais. O mesmo autor refere ainda que uma das preocupações dos reformadores do século XVIII era definir regras para a nomeação e seleção de professores. Desenvolver esta atividade requeria uma licença do Estado e somente confinada a especialistas da área. A criação desta licença e tudo o que a ela diz respeito - perfil e competências do professor - vai permitir a profissionalização da atividade

docente, que durante muitos anos regista ajustamentos políticos e culturais que ora favorecem ora desfavorecem a imagem e atividade do professor. Nos tempos de hoje o modelo de profissionalização é aquele que temos vindo a referir e a analisar e que está diretamente relacionado com as normas emanadas de Bolonha.

CAPÍTULO 3 - ROTEIRO DE ATIVIDADES, TEMAS E PROCEDIMENTOS PARA O ANO DE ESTÁGIO

Introdução

Este capítulo, ao qual entendemos atribuir o nome de “roteiro”, pretende ser uma informação cuidadosa e atenta de como desenvolver e orientar o ano de estágio na escola. Com base numa experiência de quase sete anos, onde a reflexão, estudo e análise foram uma constante, com o intuito de aperfeiçoar a abordagem de um conjunto de atividades, temas e procedimentos a ter em conta neste ano de formação e tendo em conta a jovialidade dos novos professores, a surpresa do ambiente real e o desejo próprio de quem pretende absorver o maior número de informação para desempenhar com alegria, seriedade, responsabilidade e profissionalismo esta arte de ensinar, entendemos apresentar um pequeno itinerário, fruto de várias reflexões, adequações e remodelações que, de algum modo, caracterizam uma época, uma fase de desenvolvimento profissional e uma política de formação de professores.

Referir e confirmar que, à época, não havia nem se requeria qualquer formação específica ou especializada para o desempenho da função de orientador de estágio, permite considerar e reconhecer o valor de uma prática reflexiva constante, promotora de um conjunto de temas pedagógicos dignos de uma análise mais pormenorizada por especialistas credenciados, criadora de estratégias diversificadas de ensino e resolução de problemas e fomentadora de uma nova forma de pensar a educação, quer a nível da formação de professores, quer no seu todo. Tendo sempre como objetivo principal a formação de profissionais competentes, responsáveis e felizes, capazes de responderem a qualquer desafio educativo, os temas, atividades, procedimentos e etapas que de seguida iremos apresentar foram uma preciosa ajuda na formação de vários professores de Língua Portuguesa.

A escolha da palavra “roteiro” para caracterizar este capítulo, onde se faz uma proposta de atividades e temas a abordar e planificar com os estagiários, permite considerar que se trata apenas da indicação de um conjunto de ideias, já experimentadas, que podem resultar bem em contextos pedagógico-formativos. É uma das “rotas” a considerar na viagem de um ano de orientação. De acordo com o

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001:pág.3282) *rota*, é um vocábulo proveniente do francês antigo *rote*, hoje *route*, que traduzido quer dizer *direção* ou *rumo*. Na verdade este capítulo propõe uma direção para atingir um objetivo. Rota é para nós portugueses uma palavra marcante, familiar revestida de esperança, otimismo e êxito. Na História de Portugal, a Rota das Índias teve um papel preponderante quer no desenvolvimento económico quer no desenvolvimento cultural do País. Um desvio ocasional da rota, segundo os historiadores, levou-nos a conhecer novas terras, como por exemplo o Brasil. Este pequeno roteiro, porque simples e original, fundamentado numa experiência comprovada, permite alguma segurança e pode ser uma alavanca na procura de novas rotas, novos e melhores percursos de formação.

A planificação do ano de estágio que aqui nos propomos partilhar teve como base realçar a importância de 3 momentos basilares: o acolhimento e integração, a planificação e a prática / treino. Para cada um destes momentos foram projetadas atividades e reflexão de temas que se concretizaram das mais diversas formas.

Cada grupo de formação, isto é, cada ano de estágio, apesar das linhas gerais de orientação, que se traduzem muitas vezes por *aprender a ensinar*, é um grupo único, porque tem características próprias, inerentes aos elementos que o constituem. Deste modo, entende-se que a planificação das atividades e dos projetos devem ser elaborados em conjunto, com o contributo e reflexão de todos, depois de um melhor conhecimento das características de cada um.

Mialeret (1981:87) cerca da escolha da profissão de professor refere que esta deve implicar uma reflexão antecipada do papel que se vai desempenhar. Reforça e destaca ainda a ideia de que a escola prepara para a vida, motivo pelo qual não se pode descurar as relações entre escola e vida, onde a ética profissional deve ser um tema a analisar. Esta conjugação é muito importante na promoção de um bom desempenho profissional, sobretudo quando se tem a noção de que a função educativa não é fácil, porque oscilante, de acordo com as políticas educativas do momento.

A reflexão antes, durante e depois da profissionalização é uma atitude inerente à docência e ao desenvolvimento da qualidade da escola e dos seus profissionais. De acordo com Isabel Alarcão in Formosinho (2002: 223) a constante atitude de reflexão manterá presente a importante questão da função que a escola desempenha na

sociedade” (...) “ ajudará a preparar para a cidadania, vivendo a cidadania” e neste sentido também terá uma função formativa pois questiona e tenta encontrar soluções para os problemas encontrados dando lugar à conquista de novos saberes.

A metodologia de investigação-ação, tão acarinhada por Kurt Lewin, referida por Alarcão in Formosinho (2002:223) revê-se nesta reflexão constante da prática pedagógica, em ordem à busca de mais e melhores conhecimentos, para que o desempenho se torne melhor e mais eficaz. Alarcão in Formosinho (2002:223) insiste que esta atitude de observação e de reflexão permite também um aprofundamento do pensamento sobre a escola, sustenta a formação comunitária, em grupo e ajuda a “consolidar a consciência da identidade e da força do coletivo que é o corpo profissional de professores”. Para quem está a começar é um exemplo a considerar. Reflete, de alguma forma, uma escola em constante desenvolvimento e aprendizagem, lema para qualquer profissional da educação. O ano de estágio é um ano de experiência que permite a construção de saberes novos.

Tendo em conta que esta temática já foi objeto de análise e reflexão, por parte dos alunos do grupo de estágio, ao longo dos anos de formação na Universidade, no período relacionado com o estágio acreditamos estar perante jovens decididos a abraçar mesmo esta profissão.

1. Etapas do percurso profissional

Qualquer percurso profissional passa por um conjunto de etapas diferenciadas. Na opinião de vários autores, entre os quais destacamos Gonçalves (1990), Huberman (1995), Loureiro (1995 e 1997) ou Estrela (1997), citados por Pereira (2012:29), os professores também estão abrangidos por esta constatação com maior ou menor intensidade em algumas delas, de acordo com as necessidades e características de cada um. A preparação realizada no ano de estágio vai ser um forte contributo para a melhoria de todo o percurso. No entanto é importante referir que os quadros apresentados por alguns autores, como por exemplo Gonçalves ou Huberman, em Pereira (2012: 29 e 30), referentes às etapas ou fases do percurso foram elaborados de acordo com realidades educativas diferentes das atuais, sobretudo no que respeita a estabilidade profissional. As etapas ou fases em questão já foram referidas no capítulo 1

e estão relacionadas com vários momentos: tateamento, estabilização, consolidação, questionamento, serenidade, conservantismo e desinvestimento.

2. A escolha do local de estágio

A escolha da escola onde os alunos realizavam o estágio e faziam a sua primeira experiência profissional era realizada no final do ano letivo, na própria instituição de ensino. Reunidos todos os alunos em condições de realizarem o estágio com os responsáveis dos departamentos e da secção de estágios da Universidade e depois de conhecidas as escolas de acolhimento, estes, de acordo com uma lista de ordenação resultante das classificações obtidas, seleccionavam a escola onde pretendiam realizar o seu estágio. Este era o primeiro momento de formação de um grupo, umas vezes com elementos conhecidos, outras não. Era momento da primeira interação.

3. Acolhimento e Integração

A constatação de uma realidade nova é sempre motivo de algum constrangimento e apreensão por parte de qualquer ser humano, sobretudo para os mais novos. No que respeita os estagiários, apesar do contexto já ser familiar, a posição em que se encontram é diferente da habitual. Agora estão do outro lado da história. Este novo posicionamento, gerador de sentimentos diversificados coloca-os pela primeira vez perante uma realidade desconhecida com a qual terão que se familiarizar e conviver. Curiosidade, alegria, receio, estranheza, dúvida são alguns dos sentimentos que se podem observar. Competia ao orientador acolher estes novos elementos num espaço que iria ser a grande escola de formação, marcante para o resto das suas vidas. Competia ao orientador harmonizar todos os sentimentos próprios de quem enfrenta o desconhecido e integrar a nova equipa na comunidade educativa. Por isso, Alarcão in Formosinho (2002:234) dá-nos a conhecer a sua opinião sobre o supervisor e as suas competências definindo-o da seguinte forma:

“O supervisor deve ser um profissional cidadão, pessoa equilibrada, aculturada e comprometida. O facto de o supervisor trabalhar com pessoas, factos, contextos, sentidos, relações, revisões e consequências requer capacidades comunicativo-relacionais, observacionais-analíticas, hermenêuticas-interpretativas e avaliativas. A concepção do supervisor como profissional do humano em

situações sociais organizacionais implica, pois, competências cívicas, técnicas e humanas.”

A integração no meio educativo consistia, antes de mais, num ameno e salutar diálogo entre o grupo, onde cada um se apresentava e falava um pouco de si e do motivo da escolha desta atividade profissional, o que permitia um melhor conhecimento de todos. Posteriormente o conhecimento do espaço escolar e do funcionamento dos seus vários setores era essencial e pertinente. A fase seguinte consistia na apresentação discreta e gradual do grupo de estágio aos outros professores da escola e aos funcionários. Desta forma adquiriam um estatuto especial, o de estagiário, a quem todos respeitavam e tratavam com carinho e simpatia. Estavam reunidos os ingredientes necessários para o estabelecimento de uma boa relação interpessoal, tão importante em qualquer ambiente de trabalho.

A reunião de departamento curricular permitia conhecer melhor os elementos da mesma área científica, o horário atribuído e as turmas a quem lecionar. Após esta informação o orientador fazia uma breve caracterização da turma, dos conteúdos programáticos a lecionar e destacava aqueles casos que requeriam uma atenção especial por causa do comportamento, ritmo de aprendizagem, dificuldades cognitivas etc. Todos os alunos pertenciam a todos e os estagiários começavam por assistir a todas as aulas do orientador. Acompanhavam-no na preparação das atividades, na planificação das unidades didáticas, na resolução de problemas, nas reuniões de conselho de turma, de departamento e com encarregados de educação e, algumas vezes, na função de diretor de turma.

A apresentação às turmas era também um momento especial. O facto de serem bem recebidos por todos os alunos promovia o bem-estar e a vontade de trabalhar. Pela primeira vez vivenciavam um sentimento novo. A pouco e pouco deixavam transparecer uma maior aproximação a determinada turma com a qual se sentiam mais próximos. Era pois com essa turma que, decorrido um período de ambientação com toda a orgânica da escola e da sala de aula, o orientador, gradualmente, ia permitindo a sua intervenção e posteriormente uma dedicação quase exclusiva e autónoma.

No mês de dezembro cada um dos estagiários já tinha conhecimento de um conjunto de funções a desempenhar e de diversas estratégias de ensino a aplicar. Já tinha experimentado gerir uma sala de aula e ensinar.

O 2º Período era dedicado ao treino e aperfeiçoamento das técnicas e formas de ensino. A autonomia tornava-se cada vez mais evidente e a destreza na planificação, organização de materiais e no discurso a utilizar emergia com grande determinação. O objetivo principal deste ano de experiência profissional concretizava-se sobretudo no 3º período onde os estagiários já desenvolviam um trabalho autónomo nas turmas que lhe foram atribuídas.

Paralelamente os estagiários participavam nas atividades do PAA (Plano Anual de Atividades) onde realizavam outro tipo de tarefas tais como: festa de natal; comemoração de efemérides ou dias específicos; visitas de estudo; eventos temáticos; convívios entre a comunidade educativa; concursos; formações, entre outras. Podemos então considerar que a integração era feita gradualmente e ao longo de todo o ano, sempre que realidades novas surgiam. Sentir-se integrado é sentir que se faz parte de um projeto onde se é útil e se aprende algo de novo. Uma boa integração promove um clima de escola agradável que se reflete no aproveitamento e desenvolvimento dos alunos.

3.1. O clima de escola

O ambiente relacional de qualquer lugar onde se desenvolve uma atividade profissional contribui para o êxito das tarefas propostas. Um ambiente positivo gera resultados positivos. Numa escola, local de aprendizagens contínuas a vários níveis é necessário que haja uma atmosfera acolhedora onde todos se sintam parte integrante de uma sociedade em evolução. Aos professores compete formar e preparar as futuras gerações. Aos alunos compete adquirir conhecimentos diversificados para construir uma sociedade melhor. A melhoria dos ambientes educativos, sobretudo a nível relacional, pode ser um dos aspetos a ter em conta quando se projeta melhorar a eficácia de uma escola.

O ambiente organizacional de uma escola contribui para o estímulo da atividade de professor (Vieira:1993). Este estímulo projeta-se, de certa forma, nos alunos e nos funcionários com quem cria um clima favorável ao desempenho das suas funções,

porque membros ativos e imprescindíveis de uma comunidade educativa. O conjugar de esforços positivos destes três elementos torna a atividade profissional de todos mais agradável e salutar proporcionando resultados melhores. Para o aproveitamento escolar dos alunos este é um ponto importante a ter em conta e a refletir. Um ambiente calmo, tranquilo e afável melhora as capacidades de concentração permitindo uma maior aquisição de conhecimentos.

A liderança de uma escola é responsável pela gestão de várias áreas entre as quais se encontra a da organização do ambiente relacional, tão importante para a formação dos jovens, para o desempenho dos professores e para a vida dos funcionários dos vários setores. Por isso, devia concentrar-se mais na melhoria destes ambientes, promovendo um acolhimento aprazível e um diálogo salutar; fomentando o respeito e a interajuda; reconhecendo o esforço e o empenho de todos, por pequeno que seja; estando lado a lado no alcance dos objetivos propostos e usando sempre um discurso sensato, honesto, ponderado e coerente.

Na formação inicial de professores a abordagem do tema “clima de escola e o seu contributo para a melhoria dos resultados escolares” é feita ao longo do ano escolar de estágio, sobretudo nos momentos em que são vivenciadas situações educativas, onde as relações interpessoais são fundamentais para o êxito de todos os intervenientes. Desta forma compreendem que, mais do que em qualquer outra profissão, a de professor é notoriamente relacional, porque inserida numa comunidade educativa onde a sintonia com todos os outros é elementar para o êxito.

No período profissional que temos vindo a realçar (2000/2006) o clima relacional entre os professores pautava-se pela entreajuda, solidariedade, amizade e partilha de saberes entre outras características, por isso os novos professores tinham desta profissão a melhor das referências.

Com a reformulação da carreira docente e a introdução do conceito de avaliação de desempenho, com caráter de controlo e de classificação, o ambiente relacional nas escolas já não é o mesmo. O clima da escola mudou. Agora respira-se “competição” em tudo o que envolve o espaço educativo. A partilha de saberes pode não ser o ideal nem o mais indicado, porque objeto de avaliação classificativa e a originalidade conta. E, no momento em que estamos a elaborar este relatório, verifica-se uma competição desmesurada, a todos os níveis, para assegurar o lugar na escola, depois de ter sido

referido que, atendendo à crise económica do país, se prefigura uma redução de lugares para professores. Tanto quanto sabemos, o saber reflexivo realçado por Macbeath e al (2005) que pode melhorar a eficácia da escola, está comprometido.

4. A Planificação e a Prática

A planificação das atividades e dos conteúdos programáticos a lecionar é sempre um momento deveras importante pois dele pode depender o funcionamento da atividade docente durante todo o ano. Em reunião alongada o orientador informa os estagiários dos conteúdos estipulados para o ano de escolaridade em questão e dá informações mais concretas relativamente às características dos alunos das turmas onde se atende ao ritmo de trabalho, necessidades educativas especiais, capacidades cognitivas, participação, comportamento e empenho. Com base neste conhecimento prévio deve ser feita uma planificação anual e outra para cada período letivo. A planificação deve privilegiar as unidades curriculares, isto é, deve ser feita por unidades. O manual escolar é uma preciosa ajuda pois já contém boa parte da informação necessária baseada nas metas curriculares. Alterar as unidades para articular com outras disciplinas ou por se entender ser o mais adequado para alguns alunos também é uma forma de reflexão que pode permitir um maior e melhor desempenho dos alunos. A planificação por unidade implica uma planificação mais pormenorizada, aula a aula, onde é muito importante ter a noção de gestão do tempo e dos comportamentos para que os conteúdos sejam lecionados.

A utilização de uma grelha uniformizada para todos os estagiários permite uma maior interação. A reflexão conjunta, a preparação em grupo, a criatividade partilhada de cada um enriquece todo o grupo e ajuda a construir momentos de aula mais interessantes. A grelha em questão deve registar essencialmente os objetivos gerais da unidade/aula, os conteúdos específicos, os materiais a utilizar, as estratégias de ensino ou apresentação do conteúdo, a avaliação e o tempo de duração de cada momento ou de cada aula. A lecionação de um mesmo conteúdo pode ter tipos de abordagem diferentes de acordo com as características das turmas. Quanto maior for a diversidade das turmas, mais rico se torna o conhecimento dos estagiários, a sua preparação e formação. Fazer um plano de aula pormenorizado é também uma tarefa do estagiário, sobretudo para as aulas assistidas pelo supervisor da universidade, que se desloca à escola, pelo menos

uma vez por período, de forma a constatar a evolução e desempenho de cada um. No plano de aula pormenorizado deve constar um esquema da aula com os momentos principais, mas também um texto descritivo de todo o desenrolar da aula e dos documentos a apresentar ou das avaliações a fazer. É uma forma de treino antecipado que pode inculcar maior segurança ao estagiário. No entanto, sempre se referia que os alunos podem surpreender em plena aula, colocando questões ou criando situações que não se podem antecipar, para as quais é necessário estar preparado para resolver no momento.

O facto de estarem presentes em todas as aulas do orientador permitia uma observação da realidade, uma reflexão sobre os vários momentos e uma aprendizagem real. Nestas aulas, os estagiários registavam apontamentos e, após cada uma delas, colocavam as questões que entretanto surgiam. Em reunião diária ou semanal com o orientador eram tratados vários temas, não só de carácter pedagógico, mas também administrativo (conhecimento de legislação, orgânica da escola, da carreira, etc.). A função de diretor de turma também é uma das aprendizagens que os estagiários devem observar e experimentar. Normalmente era recebida com alguma surpresa e admiração pois é uma das funções que mais requer atenção pois abarca uma quantidade de conhecimentos diversificados, destacando-se a capacidade de relacionamento e compreensão dos alunos e dos encarregados de educação. Os diretores de turma são os verdadeiros interlocutores entre a família e a escola.

A Prática

A prática pedagógica implica a agilização de um conjunto de conhecimentos e capacidades para as quais tem de haver algum treino. Este treino que começava com a observação das aulas e intervenções pontuais e graduais, sempre que o orientador entendia ser oportuno, começa a tornar-se frequente, à medida que o tempo vai avançando e que o estagiário começa a interagir mais e melhor com determinado grupo de alunos. No final do 1º período era comum o estagiário já conseguir assegurar a leção de uma unidade completa. Esta situação requeria um conhecimento científico dos conteúdos, um conhecimento das diversas estratégias de ensino e sobretudo um conhecimento da gestão da sala de aula.

O facto de ao orientador ser atribuído um número de turmas igual ao número de estagiários permitia proporcionar a cada um deles a responsabilidade por uma turma.

Tendo em conta que o ano de estágio é sobretudo um ano de treino, o 2º e 3º períodos eram guardados para esse efeito, sempre com a supervisão do orientador e ajuda do grupo. Também de uma forma gradual, no 3º período, o orientador permitia uma maior autonomia ao estagiário no que respeita à orientação e desenvolvimento da aula o que ajudava na promoção da autoestima, valorização profissional e interiorização da atividade que se propôs abraçar.

A prática ou treino também se distribuía pela participação nas reuniões de departamento, de avaliação e de carácter disciplinar e ainda pela participação e promoção de visitas de estudo, colóquios, seminários e organização dos eventos, relacionados com datas festivas do calendário em geral e da escola ou comunidade em particular.

5. A avaliação

A avaliação entendida como forma de apreciação e reflexão sobre a prática é sempre um momento importante para os estagiários pois é nele que recebem conselhos para melhorarem as suas atuações. Normalmente no final de cada aula dada havia sempre um momento de avaliação/ reflexão que permitia alargar os conhecimentos, partilhar ideias e dificuldades e delinear outras formas de intervenção ou produção. Nas aulas em que os alunos estagiários começavam a ser os atores principais, competia ao orientador observar todos os momentos da aula registando alguns pontos fulcrais tais como: gestão do tempo, relacionamento com os alunos, gestão dos comportamentos, apresentação e lecionação dos conteúdos propostos, qualidade dos materiais apresentados e diversificação de estratégias.

Esta avaliação construtiva proporcionava um aperfeiçoamento do desempenho e uma descoberta constante das capacidades e talentos de cada um. Mas, de acordo com a estruturação da profissionalização em vigor na época, o ano de estágio permitia a certificação dos alunos para o desempenho de uma atividade, neste caso concreto, a docência. Por isso, no final do ano de prática pedagógica aos alunos era atribuída uma nota quantitativa de acordo com o seu desempenho e evolução ao longo do ano. Esta avaliação era feita em consonância com o supervisor da universidade que por sua vez se baseava nos registos que entretanto obtinha aquando das aulas assistidas na escola e das reuniões efetuadas com os alunos e com os orientadores. Naturalmente que competia

aos orientadores uma avaliação mais concreta da evolução e empenho dos estagiários, porque mais próximos e mais atentos. De acordo com as normas competia também aos estagiários realizarem um relatório das atividades de estágio onde constava uma auto e hetero- avaliação pormenorizada com uma avaliação quantitativa. De forma a relatarem com mais pormenor toda atividade de um ano letivo e, deste modo, os supervisores da universidade ficarem com um conhecimento mais aprofundado das atividades realizadas, os estagiários deveriam entregar um dossier com toda a documentação utilizada.

A observação das aulas era sempre uma forma de recolha de informação sobre o desempenho/progressão do estagiário porque ajudava a concretizar os vários momentos da aula e promovia a mudança de atitude e a melhoria. O professor em formação quer sempre saber mais e melhor e agradece o registo destes momentos como feedback do desempenho realizado, pois sabe que o supervisor está atento às lacunas existentes e que está ali para o ajudar a fazer mais e melhor. O modelo de observação que se utilizava e que ainda hoje se continua a considerar o mais aconselhado, como referem Reis (2011) e Vieira & Moreira (2011), é o da observação clínica, internacionalmente conhecido e estudado. Este modelo considerava três fases distintas: a pré-observação, a observação e a pós-observação, isto é, a preparação da aula, a concretização da mesma e a avaliação. Envolveria, naturalmente, um trabalho em grupo- orientador/estagiário- tendo sempre como objetivo a forma de ensinar ou fazer aprender um determinado conteúdo ou técnica. Martins (2012:282) refere que “é uma tarefa a realizar com os professores e não sobre os professores”.

Na *pré-observação* que corresponde ao momento da preparação das aulas o orientador e o estagiário selecionavam os conteúdos a lecionar, os instrumentos e linguagem a utilizar e as estratégias a seguir. Construía os materiais e produziam os documentos novos. Refletiam sobre o plano e organização da aula tendo em conta as características dos alunos e da turma e determinavam o objetivo a atingir.

Na *observação* que corresponde à realização da aula o orientador procurava não intervir. Registava numa grelha ou numa lista de verificação construída especificamente para observação de determinados parâmetros de desempenho, já acordados com o estagiário. Era uma forma de verificar a validade das metodologias aplicadas. O orientador registava também as suas impressões e questões a refletir na fase posterior.

Nesta observação poderiam ser registados elementos referentes ao discurso utilizado, interesse dos alunos, disciplina/ambiente de aprendizagem, qualidade e aplicação dos documentos, intervenção dos alunos, intervenção do professor, duração das intervenções, organização da sala, utilização de estratégias diferenciadas para ritmos diferenciados, entre outros.

Na *pós-observação* que corresponde à avaliação da concretização dos objetivos propostos analisavam-se os dados registados, reconstruía-se a aula e refletia-se sobre os pontos fortes e fracos, sempre de uma forma construtiva e positiva. Seleccionavam-se novas estratégias, propunham-se novos objetivos, e da parte do orientador havia sempre palavras de encorajamento para melhorar a prática pedagógica.

A avaliação do ano de estágio também implicava avaliar outros momentos que não os da sala de aula. A integração na comunidade educativa e tudo o que a envolvia era um ponto que requeria especial atenção. Neste ponto, registava-se o relacionamento com os alunos em geral e a turma em particular, relacionamento com os colegas, funcionários e encarregados de educação, participação nas atividades da escola, conhecimento das regras de funcionamento da escola e das características do meio e disponibilidade e empenho nas atividades de formação.

6. A Aula

O ensino da prática pedagógica implica também o saber estar dentro da sala de aula e saber como preparar o ambiente para o estudo e para a aprendizagem bem como apresentar os conteúdos. Ensinar aos estagiários que cada turma é um caso único e, como tal, tem que ser respeitada nas suas características e capacidades, é um dever do orientador. Alertar para alguns dos pontos fundamentais de uma aula é preparar o ambiente de estudo e de participação, logo uma boa aula. Os pontos que entendemos ser importantes realçar para que uma aula funcione são os seguintes:

- Início da aula - entrada dos alunos e colocação nos lugares
- Saída da aula - preparação da saída, verificação do registo da aula e dos t. p. c.
- Apresentação dos conteúdos - linguagem utilizada, vivacidade e organização da aula.

- Diversificação de estratégias - ritmos de aprendizagem e dificuldades dos alunos.
- Controlo dos alunos - atenção dos alunos, comportamentos e ambiente de estudo.

Antes mesmo de os estagiários começarem a sua prática pedagógica, ainda que pontual, o orientador deve reservar algum tempo para informar e analisar um conjunto de aspetos importantes na sala de aula. A forma como ela está organizada pode ser a essência de uma boa aprendizagem. Em reunião destaca-se então a distribuição das mesas, que devem ser leves para que se possam alterar as suas posições de acordo com as tarefas a realizar como por exemplo: aulas expositivas, trabalho de pares ou trabalhos em grupo. Lembra-se que as mesas individuais permitem maior concentração pois evita as conversas constantes, que as mesas organizadas em pares permitem uma primeira abordagem ao trabalho em grupo e que as mesas distribuídas em círculo, mais apropriadas para trabalhos em grupo ou debates de ideias permitem mais ruído, mais à vontade na sala e uma interação maior com o professor e com os colegas. A escolha da disposição das mesas será adequada à tipologia de aula que se pretende dar.

A identificação dos alunos com dificuldades auditivas ou mesmo visuais deve ser um ponto a considerar de forma a que sejam colocados em lugares que facilitem uma melhor apreensão dos conteúdos e integração na aula. A questão dos comportamentos também deve ser objeto de uma avaliação aprofundada não permitindo que dois alunos considerados e identificados como ruidosos e desestabilizadores se coloquem lado a lado, pois podem impedir a construção de um bom ambiente na sala de aula, próprio para a realização de novas aprendizagens. O respeito pelas regras da sala de aula deve ser um fator a não esquecer para que, gradualmente, os alunos se habituem a cumprir regras. A presença dos materiais próprios da disciplina também é de realçar bem como a partilha dos mesmos sempre que se verifiquem situações de ausência por parte de um dos elementos. Procurar manter uma sala ordenada e limpa promove um bom ambiente e as condições de aprendizagem. A colocação nas paredes das tarefas realizadas é também uma forma de incentivo ao estudo e ao aperfeiçoamento ao mesmo tempo que identifica e familiariza o aluno com o espaço onde permanece durante quase todo o dia.

7. A organização da sala de aula e das aprendizagens

A sala de aula é o lugar por excelência onde se realizam as aprendizagens, por isso deve ser motivo de particular relevo durante a formação inicial de professores. Neste espaço os alunos deverão usufruir de um ambiente relacional positivo ao professor e aos restantes colegas, pois é um fator que produz maior rendimento e capacidade de aprendizagem. Mas, esta preocupação deve ser comedida, porque o essencial da escola são as aprendizagens e na opinião de J.A. Baptista (aula de 19 de janeiro), centrar única e simplesmente a tarefa da sala de aula no bem-estar dos alunos “estaremos a criar crianças felizes mas ignorantes”. Regista-se então a necessidade de um equilíbrio entre a produção de conhecimentos e um ambiente agradável.

O bom funcionamento deste espaço depende não só do que acabamos de referir no ponto anterior, relativamente à disposição e decoração da sala de aula, mas também, das características dos alunos que o vão utilizar, isto porque nos dias de hoje, felizmente, as condições físicas da maior parte das escolas, já não são motivo de tanta preocupação.

Como já referimos anteriormente, torna-se relevante conhecer as características dos alunos relativamente a: idade, condições físicas e cognitivas, proveniência social e económica e expectativas futuras. Existe um documento nas escolas que regista todos estes parâmetros e que é entregue a todos os professores da turma, no início do ano letivo, pelo diretor de turma, precisamente para que os professores organizem a sala de aula e as metodologias e estratégias de ensino também em função do ambiente da turma.

A planta da sala de aula tornou-se um elemento fundamental no controlo dos comportamentos permitindo a melhoria dos ambientes. O objetivo era na verdade proporcionar um ambiente bom de estudo. Esta organização, inicialmente atribuída ao diretor de turma, porque melhor conhecedor das características dos alunos, permitia um ajustamento pelos professores das várias disciplinas conforme considerassem mais funcional. Nesta planta eram tidos em conta alguns fatores tais como: comportamento, relacionamento, nível de aprendizagem, características físicas (altura) e empenho nas tarefas.

Um bom relacionamento entre professor- aluno e aluno- aluno é essencial no decurso das aprendizagens. Estabelecer uma relação de confiança permite aumentar o

empenho nas tarefas e a vontade de aprender. Estas relações são basilares tendo em conta que estes jovens passam a maior parte do dia connosco, fora da sua área de conforto e longe daqueles com quem se sentem bem - a família.

A informação clara e concreta dos conteúdos a lecionar, do objetivo da tipologia de cada aula e dos objetivos das aprendizagens a realizar permite ao aluno uma maior concentração, entusiasmo e participação nas tarefas propostas.

A comunicação linguística na sala de aula também era tema de reflexão por se considerar que é um aspeto fundamental no êxito das aprendizagens. Ter como base o esquema de comunicação de Jakobson era o ponto de partida. O emissor só consegue que o recetor entenda a informação, se o código linguístico for o mesmo. Neste caso, os professores deveriam ter o cuidado de adequar a sua linguagem à idade dos alunos e, quando a linguagem técnica ou específica da disciplina incluísse palavras ou expressões difíceis de traduzir para uma linguagem mais simples, deveria ser registada por escrito no quadro e dada uma explicação convincente.

Permitir a intervenção educada dos alunos durante uma aula favorece a consolidação dos conhecimentos e o interesse pelo conteúdo que está a ser apresentado. Mas a utilização de um bom discurso pedagógico não é o único responsável pelo êxito escolar. Existem outros fatores não menos importantes que ajudam a concretizar toda uma boa aprendizagem e que os estagiários devem ter em conta e desenvolver e são: o tom de voz, a articulação das palavras, o vocabulário, a organização das frases e do discurso e a entoação.

O professor de hoje (século XXI) deve ser essencialmente um facilitador das aprendizagens ou mesmo um gestor dos vários métodos de aprendizagem, por isso deve também nas suas aulas diversificar a tipologia de aula e de materiais a utilizar, promovendo a criatividade e a interação em ordem à aquisição do conhecimento. A gestão do tempo era um dos aspetos mais importantes de uma aula. Todos os elementos devem participar, interagir, mas com alguma limitação de tempo. Esta rotina deve ser treinada regularmente com regras definidas no começo do ano. A própria realização de tarefas também deve incluir a gestão do tempo por parte dos alunos. Era uma forma de não se dispersarem por exemplo na realização dos testes de avaliação e também um conhecimento para a vida.

A planificação de atividades conjuntas, quer em pares ou em grupo são uma forma de partilharem saberes, tornarem uma aula mais ativa e diferente e aprenderem a lidar com todos porque inseridos numa sociedade também ela diversificada.

O respeito pelos vários ritmos de aprendizagem leva a que os professores tenham que utilizar estratégias diversificadas onde registamos: acompanhamento personalizado, organização de grupos de nível, apoio pedagógico acrescido, tutoria e aulas de reforço. Pesquisas na biblioteca ou internet, saídas de campo, visitas de estudo, apresentação individual ou em grupo de temas propostos pelo professor, treino e aprendizagem dos métodos de estudo também complementam a organização das aprendizagens, por parte do professor.

Resta apenas referir que aos estagiários era explicada a importância de uma boa relação com os encarregados de educação bem como de uma informação atualizada dos progressos ou não dos alunos. Esta situação gerava um clima de confiança que proporcionava um maior gosto e interesse pelas aprendizagens. Também o relacionamento com os seus pares tornava a tarefa pedagógica mais fácil de realizar e mais entusiasmante porque a partilha de saberes e as boas relações interpessoais contribuía, e continuam a contribuir, para o bom clima de escola, também este responsável pela melhoria dos resultados escolares.

8. Roteiro esquematizado

De forma a destacar os elementos essenciais deste roteiro que temos vindo a relatar entendemos registar um roteiro esquematizado, com os momentos essenciais do ano de estágio e os vários temas que a ele estão inerentes, que devem e podem ser refletidos e analisados, porque importantes para uma formação pedagógica adequada aos dias de hoje.

1ª Fase

- Escolha da escola
- Organização do grupo

2ª Fase

- Acolhimento/integração na escola
- Conhecimento dos programas e da comunidade escolar
- Planificação das aulas e das atividades
- Observação das aulas/ registo de informação
- Questionamento/Reflexão /Análise
- Participação gradual nas aulas

3ª Fase

- Prática pedagógica acompanhada
- Treino
- Prática pedagógica autónoma
- Avaliação

4ª Fase

Atividades Paralelas

- Visitas de estudo
- Reuniões (Encarregados de Educação, Departamento, Conselhos de Turma)
- Festividades do Natal
- Concursos inerentes à disciplina (postais, contos, cartas, poemas)
- Formação proposta pela escola ou pelos estagiários

Temas complementares

- As relações interpessoais
- O clima de escola
- A organização da sala de aula e das aprendizagens
- A comunicação linguística
- Tipologia de aulas e estratégias de ensino

- A indisciplina
- O diretor de turma
- Os ambientes da comunidade educativa
- Organização e produção de materiais
- Técnicas e métodos de ensino
- Organização administrativa e diretiva da escola
- Legislação

Esta apresentação e reflexão teve como base uma experiência alargada como orientadora de estágio durante o período entre 2000 e 2006 e onde se pretendeu formar jovens professores conscientes da atividade que iam desempenhar e para a qual deveriam ter um leque alargado de conhecimentos pedagógicos e educacionais. A formação para a atividade docente é, na opinião de Formosinho (2009:95), uma formação que começa e se “aprende desde que se entra na escola, pela observação do comportamento dos nossos professores”.

Incutir nos novos profissionais uma necessidade contínua de observação e reflexão da realidade educativa vai permitir o crescimento e formação de bons profissionais, atentos ao desenvolvimento da sociedade e do espaço educativo.

CONCLUSÃO

A Educação é um pilar importante na formação das novas gerações e do ser humano em geral, por isso se verifica uma constante mudança nos seus métodos e práticas, de forma a acompanharem as mudanças constantes do mundo em que vivemos. Se por um lado pode fazer querer que se trata de uma inconstância do sistema, por outro pode revelar uma preocupação em fazer mais e melhor, no sentido de haver uma justa atualização de conhecimentos e adaptações a realidades novas. A escola e todos os seus colaboradores, no final do século XX, com a massificação do ensino, passou a ter um papel preponderante na construção de novas formas de agir e pensar e, os seus professores acumularam e desenvolveram funções diferentes daquelas que estavam acostumados.

A formação de profissionais do ensino começou também a ser repensada e direcionada aos novos papéis a desempenhar. Mais consistente e atualizada, a prática pedagógica, isto é, a formação em contexto real permitiu uma preparação melhor. A formação inicial de professores e a sua profissionalização começou então a adquirir um estatuto novo e a obrigatoriedade de formação especializada para a docência era uma condição necessária.

É neste contexto que o relatório reflexivo que temos vindo a apresentar se concretiza, pois reflete um momento importante da nossa carreira como docente e sobretudo como orientadora de estágio, numa época em que o ensino ganhava cada vez mais adeptos. Presentemente a escolha de cursos via ensino tem sido cada vez menor uma vez que as perspetivas de emprego também o são. No entanto, esta reflexão partilhada da ação desenvolvida durante o ano ou anos de estágio continua a ser atual e importante. Os temas abordados relativamente ao professor e tudo o que envolve a sua formação e integração no contexto escolar, a legislação que rege a sua profissionalização, o papel da escola nos dias de hoje e na vida das famílias, o papel do supervisor e a sua importância na formação da prática e dos valores, as relações interpessoais, os ambientes de estudo, a eficácia das escolas e as metodologias de ensino constituíram e ainda hoje constituem momentos de aprendizagem, importantes para melhor desenvolvermos a nossa atividade profissional.

A necessidade de refletir mais e melhor sobre um tema do nosso agrado promoveu a pesquisa de publicações atuais, de conhecimentos diferenciados e um apreço ainda maior pela tarefa desenvolvida como orientadora de estágio. Foi na realidade um privilégio poder ter participado na formação de profissionais do ensino de uma forma tão próxima.

O objetivo foi alcançado pois estamos certos que aprendemos mais e melhor, só que de uma forma diferente. Estamos aptos a contribuir, agora, com mais empenho e à-vontade para a melhoria da comunidade educativa onde desenvolvemos a nossa atividade profissional e, quiçá, na formação contínua dos professores, mas desta vez com uma perspetiva e objetivos diferentes. Supervisionar na formação inicial de professores é diferente de supervisionar a formação contínua de professores já com larga experiência profissional. A postura e a atitude devem ser as mesmas, tendo em conta que o objetivo também o é: melhorar as aprendizagens, os resultados escolares e promover a realização e o desenvolvimento de todos. O conceito de supervisão também deve ter uma abordagem diferente junto da comunidade educativa. Deve ser fator de união e desenvolvimento e não o contrário, como se tem vindo a verificar. Entender o supervisor da formação contínua como um “amigo crítico” ainda que da própria escola, seria, em nossa opinião, o ideal.

A proposta de registo de um roteiro de estágio, baseado num percurso já experienciado, no 3º capítulo, entendemos ser uma forma original de partilhar conhecimentos que podem permitir uma ajuda credível para quem precisar de supervisionar estágios ou, até mesmo, para quem se esteja a preparar para o fazer. Os diversos temas propostos para abordagem foram imprescindíveis na formação dos novos professores. No entanto, entendemos que de acordo com o momento político/económico do país e com a realidade educativa que observamos nas escolas em conjunto com as multifacetadas funções que se atribuem aos professores, os temas podem ser ainda mais e melhores. Formações e pesquisas sobre temas de outras áreas científicas, artísticas e tecnológicas são momentos a considerar. O roteiro é apenas um de muitos percursos que se podem utilizar e tem um carácter meramente informativo.

Cada professor é um verdadeiro investigador sempre que observa, avalia e tenta encontrar estratégias de resolução para as dificuldades de aprendizagem ou mesmo de ensino que vai dando conta no seu dia-a-dia, logo, as alterações educativas deviam ter

em conta as suas opiniões e experiências porque fruto de uma vivência real, altruísta e concreta. Estamos certos que aos orientadores de estágio se deve a promoção destes comportamentos e atitudes tão felizes.

“ A escola aprendente e reflexiva, capaz de se pensar e melhorar a si própria, só será uma realidade com professores aprendentes e reflexivos”. (JAB,8 de novembro)

BIBLIOGRAFIA

Alarcão, I., e Roldão, M.C. (2010). *Supervisão. Um contexto de desenvolvimento profissional dos professores*. Mangualde: PEDAGO (2ª edição).

Alarcão, I., (org.) (1996). *Formação reflexiva de professores. Estratégias de Supervisão*. Porto. Porto Editora

Alarcão, I., Tavares, J. (1997 e 2003). *Supervisão da Prática Pedagógica. Uma Perspectiva de Desenvolvimento e Aprendizagem*. Coimbra: Livraria Almedina

Alarcão, I. (2002). "Escola Reflexiva e Desenvolvimento Institucional. Que novas Funções?". In Formosinho, Júlia Oliveira (org). *A Supervisão na Formação de professores I. Da sala à escola*. Porto. Porto Editora. pp. 218-239

Azevedo, Joaquim (2011). *Liberdade e Política Pública de Educação. Ensaio sobre um novo compromisso social pela educação*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Baptista, Isabel (2011). "Ética, Deontologia e Avaliação do Desempenho Docente". <http://www.ccap.min-edu.pt/pub.htm>.

Baptista, J. Afonso (2011). *Introdução às Ciências da Educação. Temas e Problemas da Educação Inclusiva*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Baptista, J. Afonso (Coord.) (2013), Martins, M., Arnaud, P., Soares, S., Silva, D., *Avaliação do Desempenho Docente*. Separata da Revista *Gestão e Desenvolvimento*, 21 pp. 261-344.

Barroso, João (Org.) (1996). *O Estudo da Escola*. Porto: Porto Editora.

Bell, J. (2003). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.

Bogdan, R. e Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Bourdieu, Pierre. *Propositions pour l'enseignement de l'avenir. Rapport du Collège de France*. Paris, Minuit.

Disponível em www.acireph.org/acte2rapportducollegedefrance363.htm,1985.

Campos, B.P. (2002). *Políticas de Formação de Professores de Ensino em Escolas Autônomas*. Porto. Afrontamento.

Carneiro, Roberto (2001). "Aprender 2020: uma agenda Internacional para a UNESCO" in *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*. Vila Nova de Gaia. Fundação Manuel Leão: p.37.

Day, Christopher (2001). *Desenvolvimento Profissional de Professores. Os desafios da aprendizagem permanente*. Porto. Porto Editora.

Desenvolvimento profissional dos professores para a qualidade e para a equidade da aprendizagem ao longo da Vida. Conferência promovida pela Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Lisboa: 27 e 28 Setembro de 2007.

<http://www.google.pt/>

Dubar, C. (1997). *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Coleção Ciências da Educação 24. Porto: Porto Editora.

Ducoing, Patrícia (2007). "A Formação de Professores e de Profissionais da Educação: sobre as noções de formação". In *Investigação em Educação. Teorias e Práticas (1960-2005)*, 321-336. Lisboa: Educa.

Esteves, M. (2009). "Construção e desenvolvimento das competências profissionais dos professores". In *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, n.º 8, janeiro/abril. Lisboa: Unidade de I&D de Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Lisboa, 37-48 (ISSN: 1646 4990).

Estrela, M. Teresa (org.) (1997). *Viver e construir a profissão docente*. Porto. Porto Editora.

Estrela, M. Teresa (2010). *Profissão Docente. Dimensões Afetivas e Éticas*. Porto: Areal Editores.

Ferreira, F. I. (2009). “A formação e os seus efeitos. Do modelo escolar à formação em contexto”. In J. Formosinho (coord.), *Formação de professores. Aprendizagem profissional e acção docente* (pp.329 – 344). Porto: Porto Editora.

Formosinho, J. (2001). “A Formação prática dos Professores: da prática docente na instituição de formação à prática pedagógica nas escolas”. In B. Campos (Org.), *Formação profissional de professores no ensino superior* (pp.46 – 64). Porto: Porto Editora.

Formosinho, J. (Coord.) (2009), *Formação de Professores. Aprendizagem profissional e acção docente*. Porto: Porto Editora.

Formosinho, J., Niza, S. (2009). “Iniciação à prática profissional nos cursos de formação inicial de professores”. In J. Formosinho (coord.), *Formação de professores. Aprendizagem profissional e acção docente* (pp.119 – 139). Porto: Porto Editora.

Formosinho, J., Oliveira-Formosinho, J., Machado, J. (2010). “Docência, interação pessoal e desenvolvimento humano”. In J. Formosinho, J. Machado, J. Oliveira-Formosinho (Coords), *Formação, desempenho e avaliação de professores* (pp.11 – 24). Mangualde: Edições Pedagogo.

Formosinho, Júlia Oliveira (Org.) (2002). *A Supervisão na Formação de Professores Da Sala à Escola*. Porto: Porto Editora.

Hargreaves, A., Fink, D. (2007). *Liderança sustentável*. Colecção Currículo, Políticas e Práticas 29. Porto: Porto Editora.

<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

Jacinto, M., Sanches, M. (2002). “Aprender a ensinar: práticas de supervisão no estágio pedagógico”. In *Revista de Educação*, Vol. XI, n.º 1. Lisboa: Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 79 – 102.

Lima, Jorge Ávila (2008). *Em Busca da Boa Escola*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Lima, J. & Pacheco, J. A. (2006). *Fazer investigação – Contributos para a elaboração de dissertações e teses*. Porto: Porto Editora, LDA.

- MacBeath, John; Schratz, Michael; Meuret, Denis & Jakobsen, Lars Bo (2005). *A História de Serena: Viajando rumo a uma Escola melhor*. Porto: Edições Asa.
- Marques, R., (1997). “A investigação-acção na criação de projectos”. In Sociedade Portuguesa de investigação Científica, *Contributos da Investigação Científica para a Qualidade do Ensino*. Vol. II, Porto, pp. 449-461
- Mesquita, E. (2011a). *Competências do professor. Representações sobre a formação e a profissão*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Mialeret, Gaston, (1981). *Formação de professores*. Almedina. Coimbra.
- Moreira, L. & Outros (2001). “Supervisão Pedagógica”, In Compilação de Trabalhos no âmbito da disciplina de Supervisão pedagógica. Mestrado em Educação. Especialização em Supervisão. Braga: Universidade
- Nóvoa, António (Coord.) (1992) - *Os professores e a sua formação*, Lisboa. Publicações Dom Quixote - Instituto de Inovação Educacional.
- Nóvoa, António (Org.) (1995 e 1999). *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora
- Nóvoa, António (2007). “O Regresso dos Professores”, in Conferência: *Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da Aprendizagem ao longo da Vida*. Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, Lisboa.
- Oliveira, L. (2001). “O Papel do Gestor Pedagógico Intermédio na Supervisão Escolar”. In Isabel Alarcão (org.) *Escola Reflexiva e Supervisão. Uma Escola em Desenvolvimento e Aprendizagem*. Porto: Porto Editora
- Pacheco, José A. (org.) (2008). *Organização Curricular Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Pereira, M.C. (2012). *Trilhos e Andarilhos da Avaliação do Desempenho Docente*. Relatório reflexivo apresentado à Universidade Católica no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação. Porto.

Postic, Marcel. (1995). *Para uma Estratégia Pedagógica de Sucesso Escolar*. Porto Editora

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*.^a edição. Lisboa: Gradiva.

Reis, Pedro (2011). *Observação de aulas e Avaliação do Desempenho Docente*. Disponível em <http://www.ccap.min.edu.pt/pub.htm>.

Ribeiro, D. (2001). A Supervisão e o Desenvolvimento da profissionalidade docente. In Isabel Alarcão (org.) *Escola Reflexiva e Supervisão. Uma Escola em Desenvolvimento e Aprendizagem*. Porto: Porto Editora.

Rodrigues, A. (2001). *A formação de formadores para a prática na formação inicial de professores*. FPCE da UL. <http://www.educ.fc.ul.pt/recentes/mpfip/pdfs/arodrigues.pdf>.

Rodrigues, Ângela; Peralta, Helena (2008). *Algumas considerações a propósito da Avaliação do Desempenho dos Professores*. Lisboa: ME/DGRHE.

Roldão, M. Céu (1999). *Gestão Curricular-Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Ministério da Educação.

Roldão, M. Céu (2007). “Formação de professores baseada na investigação e prática reflexiva”. In *Atas da Conferência Desenvolvimento Profissional de Professores para a Qualidade e Equidade da Aprendizagem ao Longo da Vida*, Lisboa, 2007, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia.

Sá-Chaves, I. & Amaral, MJ (2000), “Supervisão reflexiva: a passagem do eu solitário ao eu solidário”. In Alarcão, I. (2000) – *Escola reflexiva e supervisão – uma escola em desenvolvimento e aprendizagem*. Coleção Cidine, nº14. Porto: Porto Editora, pp. 12-23.

Sá – Chaves, I. (2000). *Formação, Conhecimento, Supervisão – Contributos na Área de Formação de Professores*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Santos Guerra, Miguel, (2000). *A escola que aprende*. Porto: Edições Asa.

Santos, A. et al. (2009). *Escolas de Futuro – 130 Boas Práticas de Escolas Portuguesas*. Porto Editora.

Schön, Donald A. (1992). Formar professores como profissionais reflexivos, in Nóvoa, A. (coord.) *Os Professores e a sua Formação. Publicações*. Quixote, Lisboa, pp.76-91

Tavares, José (1997). *Uma Sociedade que Aprende e se Desenvolve - Relações Interpessoais*. Porto: Porto Editora.

Teachers Matter-Attracting, developing and retaining effective teachers, Paris, OCDE, 2005.p.7

Tuckman, B. W. (2000). *Manual de Investigação em Educação – como conceber e realizar o processo de investigação em Educação*. 4ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vieira, F. & Moreira, MA (2011), *Supervisão e avaliação do desempenho docente. Para uma abordagem de orientação transformadora*. Conselho Científico para a Avaliação de Professores. http://www.ccap.min-edu.pt/docs/Caderno_CCAP_1-Supervisao.pdf

Vieira, Flávia (1993). *Supervisão – uma prática reflexiva de formação de professores*. Rio Tinto: Asa.

Vieira, Flávia (1993). “Observação e Supervisão de Professores”. In SEQUEIRA, F. (org.) *Dimensões da Educação em Língua Estrangeira*. Braga: Universidade do Minho.

Legislação

Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 15 de maio

Decreto-Lei n.º 249/92, de 9 de novembro

Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de janeiro

Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30 de agosto

Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de janeiro

Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro

Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de junho

Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro

Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março

Decreto-Lei nº 43/2007 de 22 de fevereiro
Despacho nº 8322/2011 de 16 de junho
Despacho nº 13-a/2012 de 5 de junho
Despacho normativo nº 7/2013 de 11 de junho
Despacho normativo nº 24/2012 de 26 de outubro
Despacho regulamentar nº 26/2012 de 21 de fevereiro
Lei nº 49/2005 de 30 de agosto
Lei nº 85/2009 de 27 de agosto
Lei nº 46/86 de 14 de outubro

Webgrafia

© Casanova, (2008). Avaliação da Profissionalidade Docente. In *Pastoral Catequética* . Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã (vol. 11/12) (pp. 107-122). In <https://sites.google.com/site/prazerescasanova/avaliacao-da-profissionalidade-docente-2>.

© Casanova, M.P. (2009). Perfil do Avaliador no Contexto da Avaliação do Desempenho Docente. In Bonito, J. (org). *Ensino, Qualidade e Formação de Professores*. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora (319-326). In <https://sites.google.com/site/prazerescasanova/Reflectir-Educacao/avaliacao-da-profissionalidade-docente>

Casanova, 2008 . Avaliação da Profissionalidade Docente . In *Pastoral Catequética* . Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã (vol. 11/12) (pp. 107-122).

<http://educar.no.sapo.pt/PROFS2.htm> acessado em fevereiro-funções do prof.

<http://revistaensinareaprender.blogspot.pt/2011/04/ac-investigacao-acao-ciencia-exclusiva.html> acessado em fevereiro

<http://www.boaula.com.br/iolanda/tese/ensinar.htm>

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/felz-jorge-reflexoes-sobre-ser-professor.html>

<http://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/o-professor-ao-longo-do-tempo.htm>

<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/per09.htm>

In <http://sites.google.com/site/prazerescasanova/upervisao-pedagogica>
w.w.w.oei.es/quipu7Portugal/historia- breve evolução histórica do sistema educativo-
accedido em 24/7/2013

